REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO 2023-2042

Draft

Maputo, Novembro de 2022

Índice

Índice de tabelas 4
Agradecimentos 5
Abreviaturas e acrónimos 6
Sumário executivo 7
I. Introdução 11
II. Diagnóstico 14
2.1 Análise da Situação Actual 14
2.2 Análise FOFA 27
2.3 Desafios 29
2.4 Pré-Condições 30
III. Estratégia Nacional De Desenvolvimento 31
3.1. Visão, Missão, Valores 31
3.2. Objectivos do Desenvolvimento 32
3.3. Modelo de Desenvolvimento 32
3.4. Pilares de Actuação e Áreas de Intervenção 36
3.5. Cenário Macroeconómico 53
IV. Mecanismo De Implementação 58
4.1 Operacionalização 58
4.2 Órgãos e Responsabilidades 60
4.3 Financiamento ao desenvolvimento 61
4.4 Monitoria e Avaliação 62
V. Glosário 67

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Principais indicadores do Desempenho Económico de Moçambique (1998-2022) 15
Tabela 2: Evolução da Estrutura Económica e Proporção de Empregos por sector..... 16
Tabela nº 3: Evolução dos Indicadores Sociais 17
Tabela: 4 WBGI = Indicadores de governança do Banco Mundial 24
Tabela 5: Índice de Desempenho Ambiental (EPI)..... 25

ÍNDICE DE TABELAS

Gráfico 1: Produtividade labora média por sector (USD)..... 17
Gráfico 2: Modelo de Desenvolvimento..... 32
Gráfico 3: Pilares estratégicos da ENDE 2022-2042..... 36
Gráfico 4: Cenários de crescimento económico e do PIB Per capita 54
Gráfico 5: Crescimento e contribuição sectorial (%) 55
Gráfico 6: Tendência da distribuição sectorial dos empregos (%) e geração de novos empregos 56
Gráfico 7: Articulação dos Instrumentos de Planificação..... 59
Gráfico 8: Orgãos e responsabilidades 60

AGRADECIMENTOS

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2023-2042 (ENDE) é um exercício que, através do diálogo amplamente inclusivo e participativo, traça as principais orientações estratégicas que permitirão não apenas melhorar o rendimento quantitativo per capita, transformando o país numa nação de rendimento médio, mas, também melhorar a qualidade de vida dos seus cidadãos, superando o atraso, a pobreza, o analfabetismo, as assimetrias territoriais e construir o bem-estar material e espiritual dos moçambicanos. A ENDE é um produto de todos os Moçambicanos e incorpora a essência do que pretendemos ser nos próximos 20 anos.

A presente ENDE reflecte, essencialmente, as consultas aos sectores, províncias, instituições privadas, sociedade civil, academia, parceiros de cooperação, partidos políticos, diversas entidades e personalidades com percursos relevantes no processo de desenvolvimento.

Finalmente, o Governo endereça os seus agradecimentos para todas as entidades, singulares e colectivas que directa ou indirectamente contribuíram para que a ENDE 2023-2042 seja uma realidade.

ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

ENDE	Estratégia Nacional de Desenvolvimento
ES1	Ensino primário
ES2	Ensino Secundário
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
IOF	Inquérito ao Orçamento Familiar
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MEF	Ministério da Economia e Finanças
ODS	ODS Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
PIB	Produto Interno Bruto
PEA	População Economicamente Activa
PNUD	Programa das Nações Unidas
PEE	Plano Estratégico da Educação
PQG	Programa Quinquenal do Governo
SPO	Sistema de Planificação e Orçamentação
SISTAFE	Sistema da Administração Financeira do Estado
WGI	Indicadores Mundiais de Governação
USD	DólarNorte-americano

SUMÁRIO EXECUTIVO

Moçambique experimentou uma trajectória crescente no seu crescimento económico, entre 2002 e 2014, que o colocou entre os países com maior taxa de crescimento na África Subsaariana. Neste período registou progressos significativos nas oportunidades económicas e desenvolvimento humano, com a maioria dos ganhos observados nas áreas de infra-estruturas, saúde, e sustentabilidade ambiental. Infelizmente, esta tendência de crescimento reduziu significativamente ao longo da última década, devido a factores conjunturais e estruturais, com destaque para: *crise da dívida pública, redução dos investimentos, ocorrências de situações de emergência social e económica, a instabilidade no centro e norte do país, volatilidade dos preços das matérias-primas e dos alimentos no mercado internacional, e recentemente a pandemia da COVID-19 e seus efeitos*.

Os indicadores de crescimento económico e desenvolvimento humano ilustram essa trajectória, mas também revelam elementos críticos que se reflectem no sistema económico e social, designadamente :

i. Sistema económico: altas taxas de desemprego, pouca complementaridade entre os principais sectores da economia, indústria pouco diversificada e com elevados custos de produção, poupança interna insuficiente para a realização de investimentos, principalmente em capital fixo;

ii. Sistema social: fracção consistente da população abaixo da linha da pobreza, crescimento a ritmo lento da renda *per capita*, muito lento crescimento do capital humano, logo desde a primeira infância, nomeadamente ao nível da saúde (com persistente e alta desnutrição crónica) e da educação (com o desafio da qualidade da aprendizagem).

A todos estes elementos críticos juntam-se os desafios do ponto de vista demográfico, entre os quais, o crescimento acelerado da população e elevada razão da dependência que é o reflexo da estrutura jovem da população. Estes são alguns pontos críticos que somente com uma estratégia de desenvolvimento podem-se alterar.

No entanto, para reverter esta trajectória, o País decide adoptar uma estratégia nacional de desenvolvimento com base na definição de uma visão de longo prazo que visa transformar Moçambique em um "***País próspero, competitivo, sustentável, seguro e de inclusão***", de tal forma que se criem as condições para elevar o padrão de vida da população através de um desenvolvimento

económico, social, territorial e ambiental equilibrado, sustentado por uma boa governação.

A estratégia nacional de desenvolvimento aposta em quatro elementos fundamentais:

i. Desenvolvimento do **capital humano**, que consiste em garantir o acesso e qualidade dos serviços de educação, saúde e protecção social, qualificação da mão-de-obra com competências chave (conhecimentos, habilidades e atitudes), um desenvolvimento da cidadania e cultura de Paz.

ii. O Desenvolvimento das **infra-estruturas** com vista ao aumento da eficiência produtiva, imprimir e multiplicar a força de transformação da economia do País, com foco nas vias de acesso (rodoviária, ferroviária, marítima, e fluvial), sistemas de irrigação de pequena, média e grande escala, energia e de Tecnologias de Informação e Comunicação, bem como de educação, saúde, habitação, água e saneamento.

iii. Fortalecimento das **instituições** através da estabilidade e modernização da administração pública, assim como a adopção de medidas eficazes e eficientes de prevenção, controlo e combate à todas as formas de corrupção.

iv. Protecção e valorização do **ecossistema e ambiente natural** como o ar, mar, as florestas, os rios, património do País e fontes de vida, nutrição e rendimento dos Moçambicanos através de adopção de práticas de produção e consumo amigas do ambiente.

A presente Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE), é um instrumento de planificação e orçamentação que visa articular a orientação estratégica do país. Foi elaboradapelo Governo de Moçambique, com a contribuição de todas as componentes da sociedade, e aprovada pela Assembleia da República para um horizonte temporal de 20 anos.

A ENDE está estruturada por pilares compostos por programas, acções estratégicas, indicadores e metas globais que serão operacionalizados em todo território nacional no curto, médio e longo prazos, através de outros instrumentos de planificação e orçamentação, designadamente: Planos Estratégicos Sectoriais e Territoriais, Programa Quinquenal do Governo, Planos Quinquenais, Cenário Fiscal de Médio Prazo, Plano Económico e Social e Orçamento Do Estado.

A estratégia assenta em cinco pilares de actuação, nomeadamente i) Transformação Estrutural da Economia; ii) Transformação Social e

Demográfica; iii) Infra-estruturas, iv) Governação, e v) Ambiente e Economia Circular.

1. Transformação Estrutural da Economia

O objectivo é promover elevação da capacidade produtiva nacional, aumento da produtividade, diversificação e competitividade nacional com foco em quatro (4) sectores estratégicos: (i) Agrário[1] (ii) Mineiro, (iii) Indústria e (iv) Turismo. Onde a produção sera orientada para o abastecimento do mercado interno em produtos alimentares e matéria-prima. Igualmente, será rientada a exportação de produtos processados localmente com valor acrescentado. Estes sectores devem ser acompanhados pelo desenvolvimento do capital humano, infra-estruturas, boa governação e ambiente.

2. Transformação Social e Demográfica

A transformação social centra a sua atenção na população e pretende promover o equilíbrio entre a estrutura demográfica e a capacidade produtiva da economia com vista a elevar a qualidade de vida, responder ao desafio do rápido crescimento da população no geral e em especial dos jovens, bem como aproveitar o dividendo demográfico, estruturando um sistema de educação e saúde de qualidade e de inclusão social que permita o desenvolvimento do capital humano. A transformação sócio-demográfica se mostra relevante e estratégica para impulsionar, na globalidade o desenvolvimento sustentável do país.

3. Infra-estruturas

O Desenvolvimento de infra-estruturas tem em vista o aumento da eficiência produtiva, baseado no planeamento e ordenamento territoriais para a disponiblização de infra-estruturas resilientes e de qualidade, que facilitem a actividade económica e social, melhoram as condições de vida e promovam a integração nacional, regional e continental, com destaque para as vias de acesso (rodoviária, ferroviária, marítima, fluvial e aeroportuária), irrigação de pequena, média e grande escala, energia e de Tecnologias de Informação e Comunicação, bem como de educação, saúde, habitação, água e saneamento.

[1] O Sector agrário compreende actividades da agricultura, pecuária, sivicultura,floresta e pesca.

4. **Governação**

Pretende-se melhorar a governação com vista a garantir um desenvolvimento equitativo no país, através do fortalecimento das instituições, modernização da administração pública, consolidação do processo de descentralização sustentável e assegurar um desenvolvimento territorial equilibrado, adopção de medidas eficazes e eficientes de prevenção e combate às avariadas formas de corrupção a todos os níveis, garantia da defesa, segurança e integridade territorial do país, bem como do reforço a cooperação internacional nas suas várias vertentes.

5. **Ambiente e Economia Circular**

Objectivo é preservar os ecossistemas e a biodiversidade, assegurando uma maior resiliência aos efeitos das mudanças climáticas, exploração sustentável dos recursos naturais, a transição energética e a adopção de sistemas de economia circular. São previstas acções em que as actividades humanas contribuam para a regeneração dos ecossistemas e do património natural em favor das gerações presentes e futuras e a adopção de um sistema económico circular que maximiza o bem-estar social introduzindo padrões de produção e consumo mais sustentáveis que minimizem o uso dos recursos naturais, reduzam os efeitos negativos das alterações climáticas e promovam a neutralidade carbónica.

I. INTRODUÇÃO

O documento apresenta a Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE), um instrumento de planificação e orçamentação que visa definir a orientação estratégica do país para os próximos 20 anos, a luz da lei nº 14/2020 de 23 de Dezembro, do Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE). Neste âmbito, constitui a base para a elaboração dos demais instrumentos de planificação e orçamentação, designadamente: (a) Estratégias Sectoriais e Territoriais, (b) Programa Quinquenal do Governo (PGQ), (c) Plano Quinquenal (PQ), (d) Cenário Fiscal de Médio Prazo e o (e) Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE).

Este instrumento inspira-se na Agenda 2025 e na proposta da ENDE 2015-2035, fundamentando-se em dois aspectos:

i. Conformidade legal no quadro das reformas do SISTAFE, que o consagra como instrumento obrigatório para orientar o processo de planificação e desenvolvimento nacional e, igualmente, no ajustamento do processo de descentralização em curso;

ii. Na resposta aos desafios conjunturais e estruturais que colocam em causa o desenvolvimento nacional, com enfoque para questões relativas a restauração da estabilidade macroeconómica, provisão de bens e serviços básicos no âmbito do rápido crescimento da população, aumento da produtividade e diversificação da economia, melhoria do ambiente de negócios e da competitividade do sector empresarial, desenvolvimento de capacidades técnicas e profissionais e o aumento da resiliência aos efeitos das mudanças climáticas.

Processo da ENDE

A Estratégia Nacional resulta de um processo consultivo nacional aos actores de desenvolvimento, nomeadamente, *sector público, privado, academia, sociedade civil, parceiros, jovens, adolescentes e crianças*, realizado entre Outubro de 2021 a Abril de 2022, que forneceu as bases para a reorientação do desenvolvimento nacional nos próximos 20 anos, tomando como base o contexto actual.

O processo compreendeu 3 fases designadamente: (i) fase do processo preparatório e socialização, (ii) fase da elaboração do documento e (iii) fase de apreciação e aprovação.

i. Fase I: processo preparatório e socialização que compreendeu: a) Elaboração dos documentos de base nomeadamente, os termos de referência para a revisão da ENDE, informe ao Governo, nota conceptual

que apresenta o ponto de partida e a proposta do caminho para o desenvolvimento do país nos próximos 20 anos; b) Lançamento oficial da Revisão da ENDE pelo Presidente da Républica apelando a participação de todos os actores de desenvolvimento Nacional; c) Divulgação através da mídia e disponibilização da documentação e informação referente ao processo na página Web do Ministério da Económica e Finanças; d) Socialização: Processo de auscultação ao nível central, provincial e distrital que teve como base a nota conceptual, entre o perído de Outubro de 2021 à Abril de 2022.

ii. Fase II-Elaboração do Documento: a) Recepção de Contribuições dos grupos auscultados (*sector público, privado, academia, sociedade civil, parceiros, jovens, adolescentes e crianças)*; b)Harmonização das contribuições e elaboração do draft da ENDE; c) Harmonização do draft da ENDE com os grupos ausculatados; d) Realização do forúm de planificação; e) realização do observatório do desenvolvimento.

iii. Fase III Apreciação e aprovação ao nível do Governo e da Assembleia da Républica.

Objectivo da ENDE

O objectivo da ENDE é servir de instrumento orientador de todo o processo de planificação e orçamentação para o desenvolvimento nacional, através da definição de pilares, programas, ações estratégicas, indicadores e metas para um período mínimo de 20 anos, articulando a elaboração de todos os outros instrumentos de planificação de médio e longo prazo. Espera-se que em 2042, Moçambique, seja um país de rendimento médio-alto, com uma população em ritmo de crescimento sustentável e estrutura demográfica equilibrada face aos recursos económicos e sociais.

Este instrumento abrange todos os aspectos da actividade, económica, social-demográfica, governação e ambiente. E, igualmente toma em consideração as necessidades das gerações futuras, as potencialidades, oportunidades e os desafios futuros, bem como os compromissos e prioridades internacionais assumidos pelo país, em especial, os objectivos de desenvolvimento Sustentável (ODS).

É imperativo que a implementação da ENDE inclua uma forte coordenação interministerial e interinstitucional, planificação integrada que mobilize as competências e articule as capacidades necessárias pela sua implementação.

Conteúdo da ENDE

O presente documento da Estratégia Nacional de Desenvolvimento, comporta (4) quatro capítulos principais: o primeiro capítulo *apresenta o contexto sobre o qual a ENDE esta inserida, incluindo o seu objectivo, importância e operacionalização.*

O segundo capítulo *apresenta o ponto de partida para a elaboração da estratégia, tomando como base a situação actual nas dimensões económica, social, governação e ambiental. Igualmente, apresenta os desafios do país e as pré condições a serem observadas para o sucesso da estratégia.*

O terceiro capítulo *apresenta a Estratégia Nacional de Desenvolvimento do país para os próximos 20 anos, onde enuncia a visão, os objectivos e o modelo de desenvolvimento a seguir. Define os pilares que representam a espinha dorsal da estratégia articulados por programas, objectivos estratégicos e acções que serão operacionalizados para o alcance da visão. igualmente, define cenários para definir a trajectória do crescimento em função dos pressupostos assumindo informação disponível.*

E por fim,no último capítulo são *abordados as questões relativas aos mecanismos de implementação da ENDE, onde se apresenta os instrumentos que operacionalizarão a estratrégia, os órgãos e sua responsabilização, a questão do financiamento ao desenvolvimento e a monitoria e avaliação.*

A presente estratégia será operacionalizada no periodo compreendido ente 2023-2042, e a sua implementação materializar-se-à através de instrumentos de planificação e orçamentação que lhe precedem, nomeadamente: planos estratégicos sectoriais e territoriais, programa quinquenal do governo, planos quinquenais, cenário fiscal de médio prazo, plano económico e social e orçamento do Estado.

II. DIAGNÓSTICO

O presente capítulo apresenta um breve diagnóstico da situação actual de desenvolvimento nacional, com base em indicadores chaves nas dimensões económica, social e demográfica, de governação e ambiental, por forma a dar a conhecer o ponto de partida da elaboração da estratégia.

2.1 Análise da Situação Actual

Contexto Económico

A economia moçambicana caracterizou-se por um elevado crescimento na ordem dos 7% em média, entre 2001 e 2015, impulsionado, principalmente, por megaprojectos liderados pela indústria extractiva e do maior fluxo do investimento directo estrangeiro (IDE) que representou 15% do total do IDE canalizado para a África subsaariana no período em análise. Contudo, a política fiscal mostra-se frágil e a dívida pública permanece acima dos limites definidos em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), cerca de 30%.

Esta situação derivou da retirada dos parceiros programáticos em resultado do despoletar da crise da dívida pública, o que provocou uma redução dos investimentos e consequente desaceleração da receita do Estado. Igualmente, as ocorrências de situações de emergência social e económica aumentaram as pressões na despesa pública, em grande medida, originadas pelos desastres naturais, volatilidade dos preços das matérias-primas e dos alimentos no mercado internacional, a pandemia da COVID-19 e a instabilidade no centro e norte do País. Consequentemente, registou-se uma desaceleração da taxa de crescimento do PIB, de (3,8%) em 2016 para 2,3% em 2021, tendo sido acentuada em 2020 (-1,2%), conforme pode-se verificar na tabela 1 abaixo:

Tabela 1. Principais indicadores do Desempenho Económico de Moçambique (1998-2022)

Indicadores	**1998**	**2003**	**2009**	**2014**	**2015**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022***
PIB nominal (Milhões de MT)	62,506	149,909	327,866	555,447	637,760	962,621	974,511	1,048,323	1,165,889
PIB real (Milhões de MT)	171,609	253,929	394,043	555,447	592,792	675,762	667,425	683,203	707,951
Taxa de crescimento real (%)	9,9	6,9	6,9	7,4	7,5	2,3	-1.2	2,3	3,8
Inflacão média anual (%)	11,2	11,5	3,8	2,6	3,6	2,8	3,1	5,7	7
Taxa câmbio média anual (%)	21	23,8	27,8	31,5	40,5	62,6	69,5	65,7	64,2
RIL (meses de cobertura de importacão, incl. GP)	5,4	6,3	5,2	3,2	2,8	4,7	4,7	6	6
Exportacões (milhões USD)	703	1,504	3,759	3,916	3,413	4,669	3,589	5,579	6,702
Importacões (milhões USD)	967	1,648	4,466	7,952	7,577	6,753	5,883	7,837	12,99
IDE	255	337	898	4,902	3,803	2,212	2,337	3,724	3,189
PIB per capita	319	348	563	722	648	522	467	519	575
Fiscais (% PIB)									
Receitas do Estado	11,4	9,7	14,5	28,1	24,4	28,8	24,1	25,4	25,2
Despesas do Estado	12,0	17,9	25,9	40,9	31,4	29,3	32,0	33,1	34,7
dq Salarios e remuneraçoes	3,4	4,9	6,9	10,8	10,1	11,7	12,8	12,7	12,7
dq Encragos da Divida	0,7	0,9	0,4	0,9	1,2	3,1	2,8		
Saldo corrente	0,6	-0,4	0,7	6,3	5,5	8,2	0,3	0,4	-1,0
Saldo Global antes donativos	0,8	-7,5	-10,9	-11,8	-4,6	-0,4	-7,9	-5,9	-1,6
Credito Liquido ao Governo	-7,8	0,2	-0,9	4,8	2,3	-2,5	3,8	5,4	2,8
Saldo Primario	5,8	-1,5	-2,7	-8,6	-1,8	3,7	-1,2	-3,4	2,3

Fonte: MEF, INE e BM, 2022

Evolução da Estrutura Económica e Emprego

A estrutura produtiva do país apresenta poucas alterações na sua composição, sendo dominada pelo sector primário (*produção agrícola, pesqueira e mineira*) caracterizado pelo baixo nível de produtividade e contribuindo em média com 28,7% para o PIB entre 2000-2021. O baixo rendimento deste sector deve-se, sobretudo, (i) ao baixo nível de acesso uso de insumos melhorados, (ii) fraca adopção de tecnologias e sua limitada transferência, (iii) limitada disponibilidade de serviços agrícolas, (iv) limitada infra-estruturas de produção e de transportes (v) elevada sazonalidade, (vi) capacidade limitada de agro-processamento, e (vii) crescente vulnerabilidade climática com efeitos no rendimento agrícola e segurança alimentar.

Não obstante, o sector terciário (serviços) registou um crescimento considerável ao longo dos últimos anos, tendo contribuído com pouco mais de 57% para o PIB, onde se destacam o comércio e outras actividades informais.

O sector secundário (indústria) permanece pouco desenvolvido, e caracterizado por baixo desempenho da indústria transformadora e crescente domínio da indústria extractiva. O subsector extractivo apresenta uma forte dependência nos megaprojectos que não criam oportunidades de emprego para muitos moçambicanos, sendo que a maior parte da população activa continua no sector agrícola (76%). A sua contribuição no PIB variou para uma média 18%. O desempenho do sector tem sido influenciado por factores como: (i) infra-estruturas, (ii) clima de investimentos (ambiente de negócios), (iii) elevados custos de investimento (créditos em moeda local 25%), (iv) atraso tecnológico, (v) baixo nível de qualificação da mão-de-obra.

A tabela 2, abaixo, apresenta a evolução da estrutura económica e proporção de empregos por sector:

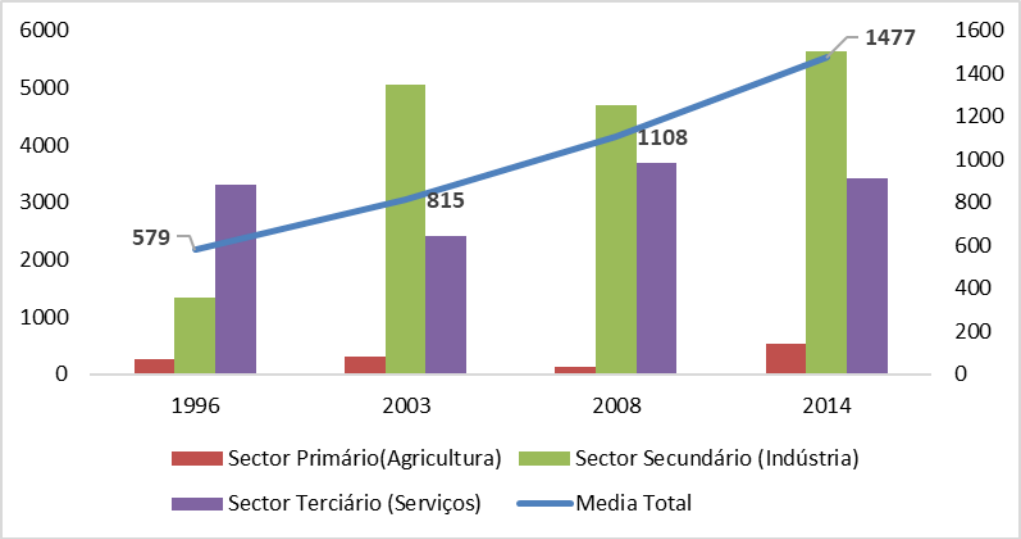
Tabela 2: Evolução da Estrutura Económica e Proporção de Empregos por sector

Indicador	**2000**	**2003**	**2009**	**2014**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**
			Proporção de sector no PIB					
Sector primário (agricultura)	39.7%	32.8%	31.5%	26.8%	25.9%	24.0%	24.3%	24.5%
Sector secundário (indústria)	9.3%	19.6%	20.1%	19.4%	21.6%	18.2%	17.9%	17.0%
Sector terciário (serviços)	51.0%	47.6%	48.4%	53.8%	52.5%	57.8%	57.8%	58.5%
Total	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
			Empregos por sector					
Sector primário (agricultura)	87%	81%	80%	71%	70%	76%	76%	76%
Sector secundário (indústria)	4%	3%	5%	5%	9%	5%	5%	4.9%
Sector terciário (serviços)	9%	16%	15%	24%	21%	19.1%	19.1%	19.1%
Total	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

Produtividade

A produtividade laboral é relativamente baixa em Moçambique. Contudo, entre os três sectores, foi significativamente maior no sector da indústria, sobretudo no sector mineiro. O sector de serviços registou também melhorias na produtividade, embora com tendência de estabilização ao longo do tempo. Apesar de algumas melhorias, sobretudo no início da presente década, o sector primário tem estado a baixar no nível médio de produtividade nos últimos anos.

Gráfico 1: Produtividade labora média por sector (USD)



Fonte: Banco Mundial, Jobs Cross-Cutting Solutions Área data para Moçambique

Contexto social e demográfico

No ranking mundial, Moçambique continua na lista dos países menos desenvolvidos, ocupando a posição 180 em 189 países analisados em termos do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 2020. O país apresentou um IDH de 0.446 que o coloca abaixo do valor médio (0.513) do grupo de países de baixo desenvolvimento humano e, abaixo do valor médio do IDH (0.547) da África Subsaariana (PNUD, 2020). Uma das dimensões mais distintivas dos desafios de desenvolvimento de Moçambique é o elevado nível de desnutrição crónica, cuja taxa se mantém elevada, acima de 35%.

O país registou progressos, entre 2000 e 2021, com destaque em áreas de educação, energia, emprego (IOF 2019/20). No entanto, um olhar mais profundo sobre a situação social do país mostra que ainda persistem desafios

para o alcance de um bem-estar mais abrangente e sustentado, conforme pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela no 3: Evolução dos Indicadores Sociais

	INDICADOR	2000	2003	2009	2014	2015	2019	2020	2021	2022
População	Indice de Desenvolvimento Humano % (IDH)	0.310	0.340	0.390	0.430	0.430	0.456	0.446		
	Taxa de crescimento da população	2.63	3.00	2.78	2.8	2.7	2.6	2.6	2.5	2.5
	Desigualdade (GINI)		0.42	0.42	0.47			0.51		
	Incidência da Pobreza medida (Po) a nivel Nacional (%)		52.8	51.7	46.1			68.2		
	Indice da Pobreza Multidimensional %			59.0	55.0			53.0		
Saúde	Esperança de vida à nascença (anos)	49.0	49.9	51.7	53.1	53.5	54.5	55.7	49	
	Prevalência de subnutrição (%)		34	26	27	31				
	Desnutrição Crónica (%)		48	49						
	Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)	113.4	101	74		59		65.1		
	Taxa de mortalidade infanto-juvenil (por mil nascidos vivos)	171.5		108	86	82		219		
	Taxa de mortalidade materna		657	439	339	318		289		
	Número de novas infecções de HIV por 1000 habitantes	8.32		7		6				
Educação	Taxa de Alfabetização de 15+ anos e mais		62	67		77				
	Taxa de conclusão ensino primario ambos sexos	16.27		53	48	48				
	Taxa de conclusao ensino secundario ambos sexos	10.9								
	Media de anos de escolaridade				3.2	3.2	3.5	3.5		
	Rácio aluno por professor ensino primario							77		
Segurança/ Estatisticas	Taxa de HOMICIDIOS cada 1000 habitantes		5.4	4						
	Taxa de Crimes contra Ordem e Tranquilidade Publica %				1.7	2	3	5.2		
Habitação	percentagem da População usando servicos de saneamento basico %	11	13	20	26	27				
	Àgua Canalizada (% dos agregados familiares)	19	21	27	33	35	39	41		
	Acesso da energia população %	6.1	8.1	15	24.8	24	31			
	Acesso a Habitação									
Genero	índice de desenvolvimento do Genero (IDG)			0.449	0.878	0.877	0.881	0.868		
	% de assento ocupados pelas mulheres no parlamento						41.2			

Fonte: INE

População e bem-estar

De acordo com dados do INE, Moçambique possui, actualmente, uma população de cerca de 30.07 milhões de habitantes, com uma densidade populacional de 38 hab./km^2 (INE, 2020). Regista um rápido crescimento, a uma taxa de 2,8, traduzindo num aumento de mais de 2 milhões de habitantes nos úlimos 3 anos (2017 a 2020). Sendo que, os jovens dos 15 a 35 anos vêm crescendo a um ritmo ainda mais rápido (3,6%).

A População na idade dos 15 a 64 anos representam 51% da população total e, desta, apenas 58% é População Economicamente Activa (PEA), situando a razão de dependência em 99,5%, sendo maioritariamente uma razão de dependência jovem, isto é, um elevado peso de crianças em relação a PEA (Censo, 2017). De acordo com as estimativas sobre a utilização da força de trabalho, cerca de 20% da força de trabalho não está plenamente absorvida pelo mercado de trabalho por desemprego aberto ou oculto, e emprego como trabalhador familiar sem remuneração.

Dos que se encontram empregados 66,8% ainda praticam actividades primárias (agricultura, silvicultura, pesca e mineração), e somente 4,5% estão empregados na indústria manufactureira, energia e construção. O sector terciário (actividades de transportes, comunicações, comércio, finanças e serviços administrativos) absorve os restantes 12,8% da PEA ocupada, mas a sua maioria está concentrada no comércio, principalmente o informal onde apesar das iniciativas existentes e do melhor acesso às tecnologias de informação e comunicação, a maioria ainda não está inscrita nos sistemas de segurança social para a sua protecção no trabalho e no período de aposentação.

As estimativas das tendências da pobreza e bem-estar da população indicam que a pobreza de consumo aumentou de 46,1% 2014/2015 para 68,2% 2019/2020. Porém, este aumento foi mais acentuado nas áreas rurais (76,5%) do País, permanecendo elevadas nas regiões centro (68,9%) e norte (78,5), (MEF, 5ª Avaliação da Pobreza, 2021).

Em termos de pobreza multidimensional registou-se uma variação mais estável da taxa, de 55% em 2014/2015 para 53% em 2019/2020, sugerindo ligeiras melhorias ao longo do tempo com destaque para o acesso à educação e a água potável. Não obstante, grande parte da população continua privada de condições habitacionais como acesso ao saneamento seguro, electricidade e aos bens duráveis, com maior ênfase nas zonas rurais onde reside 66,6% da população total do país.

As desigualdades, medidas pelo coeficiente do Gini ao nível nacional (urbano/rural e regional), sugerem um aumento ligeiro de 0.47 em 2014/15 para 0.51 em 2019/2020, sendo mais acentuado nas áreas rurais e região norte do país.

Registam-se, igualmente, tendências de criação de bolsas de insegurança alimentar e fome, derivadas do aumento dos preços dos alimentos, choques climatéricos que afectam a capacidade de produção das famílias, e a situação

de terrorismo na região norte de país, que tem estado na origem do aumento da desigualdade social.

Educação

Regista-se uma expansão dos serviços de educação e aumento significativo de ingresso de alunos nas escolas. No entanto, persistem desafios a destacar;

- ✓ A qualidade e eficiência da educação no país continua baixa, com um nível de aprendizagem limitado e uma taxa de conclusão do ensino primário ainda nos 48%, em 2020. Mesmo tendo concluído, os graduados no sistema de educação nacional apresentam conhecimentos e competências abaixo das necessidades do mercado de trabalho;
- ✓ A taxa de analfabetismo permanece alta, embora esteja diminuindo entre as pessoas com idade igual ou superior a 15 anos, de 44,9% (2014/15) para 39% em 2017. O analfabetismo continua muito maior (49,4%) entre as mulheres do que entre os homens (27.2%) (PEE, 2020/2029). Também é grande a desigualdade entre o nível de analfabetismo nas áreas rurais (50.7%) e nas urbanas (18.8%), (INE, 2017);
- ✓ As infra-estruturas de educação, principalmente ao nível do ensino pré-escolar e secundário, continuam insuficientes e aquém do necessário para garantir equidade de acesso, qualidade e equidade na aprendizagem;
- ✓ O livro escolar é distribuído de forma gratuita. No entanto, a cobertura não é suficiente para o universo dos alunos;
- ✓ A superlotação nas escolas que se manifesta no elevado rácio aluno-professor, a insuficiência de salas de aula, a carência das infra-estruturas essenciais de água e saneamento em muitas escolas e de professores qualificados são problemas persistentes no sistema de educação nacional.

Saúde e Nutrição

Registam-se melhorias no acesso aos serviços com o aumento do número dos centros de saúde. As infra-estruturas de saúde estão a ficar mais próximas dos utentes, e cerca de 70,2% da população tem acesso a uma unidade sanitária.

Contudo, persistem ainda desafios e limitações no que tange a:

- ✓ Taxas de mortalidade materna, infantil e neonatal altas;

- ✓ Taxas de desnutrição crónica infantil acima de 35 %;
- ✓ Baixa qualidade dos serviços providos, incluindo falta de infraestruturas de água e saneamento em muitas unidades sanitárias;
- ✓ Acesso aos medicamentos;
- ✓ Acesso a serviços especializados e equipamentos de saúde ainda deficitários e concentrados praticamente numa única unidade central.

Habitação

Água e Saneamento

- ✓ O acesso e o consumo de água tratada tem tendência a melhorar, cobrindo cerca de 24,8% da população com fonte de água canalizada;
- ✓ Existe um número considerável da população que não tem uma fonte de água segura, sendo que 28,7% da população dependem do poço não protegido e 14,1% do rio, lago ou lagoa.
- ✓ O acesso ao saneamento constitui ainda um desafio, sendo que 39,1% dos agregados familiares ainda usa latrina não melhorada e 30% não tem nenhuma latrina/retrete, sendo o fecalismo a céu aberto a sua solução.

Energia

O acesso a electricidade tem estado a registar melhorias, quer nas áreas urbanas quer nas áreas rurais.

- ✓ Nas áreas urbanas abrange cerca 70,1% da população com acesso a energia da rede pública;
- ✓ Nas áreas rurais, ainda persiste o desafio, existem ainda famílias que não estão ligadas a rede pública, tendo como principal fonte de energia a pilha (56,6% das famílias) e a lenha (12,7%).

Ordem e Segurança: O país tem estado a deteriorar nos seus indicadores em matéria de segurança e crimes;

- ✓ No que concerne aos crimes contra ordem e tranquilidade públicas o maior número de indiciados são menores de 18 anos;
- ✓ Casos de violência sexual contra menores são extremos;
- ✓ Existência de foco do terrorismo e insurgência na zona norte do País com graves consequências como a de deslocações da população das suas zonas de origem.

Género

Apesar de grandes avanços na representação da mulher nos órgãos de poder e de tomada de decisão, os desafios para a igualdade e equidade de género ainda persistem no acesso e controlo aos recursos produtivos principalmente para a mulher rural que é quem mais ainda está centrada na produção de subsistência;

- ✓ Nas áreas urbanas as suas actividades informais são caracterizadas por grande vulnerabilidade dos seus rendimentos, ocupação do espaço e segurança física;
- ✓ Grande parte das oportunidades de financiamento não é adequada ao meio rural, pelo seu nível de exigência ou adequabilidade aos pequenos produtores, onde as mulheres estão;
- ✓ As uniões prematuras limitam o desenvolvimento do capital humano das raparigas;
- ✓ A violência no espaço público e nas famílias ainda é persistente, com 80,3% dos 18.320 casos de violência contra adultos reportados serem praticados contra a mulher. Dos 9704 casos reportados de violência contra a criança, 60,6% referem-se às meninas;
- ✓ As infecções de transmissão sexual são 3 vezes mais prevalentes nas mulheres que nos homens;
- ✓ Apesar da tendência decrescente, a mortalidade materna ainda é elevada;
- ✓ Embora a forte performance na paridade da educação primária e nos primeiros níveis de educação secundária, verifica-se um elevado abandono escolar feminino entre os níveis ES1 e ES2, com efeitos ao nível da equidade de género e da produtividade;

Protecção Social

A protecção social dos grupos mais vulneráveis da população ainda não é universal e a sua qualidade é deficitária;

- ✓ A protecção social, em termos de beneficiários, no país tem melhorado. Contudo a sua cobertura tem sido limitada, em face de um contexto social de elevada pobreza e vulnerabilidade.

Juventude

A População do país é maioritariamente jovem e em idade economicamente activa, apresentando uma taxa de crescimento de 3,6%, a um ritmo mais acelerado que da população total. Esse crescimento constituisimultaneamente uma oportunidade, mas também um desafio para o país, sobretudo no que tange a provisão de serviços como educação, saúde, emprego, habitação entre outros.

- ✓ A desistência escolar precoce ainda está presente entre os jovens, especialmente as mulheres, e não existem sistemas de formação que os absorvam. Os que concluem o ensino geral e não transitam para o ensino superior não encontram um mercado de trabalho a eles adequado;
- ✓ A taxa de desemprego, mesmo dos graduados universitários, é alta;
- ✓ Há uma tendência alta de toxicodependência entre os jovens num ambiente urbano que não lhes oferece perspectivas positivas;
- ✓ Há espaço para o aliciamento dos jovens para actividades ilícitas por falta de alternativas para eles viáveis;

Contexto da Governação

Moçambique alcançou ganhos significativos em estabilidade e maturidade política desde os acordos gerais de paz em 1992 e as primeiras eleições gerais e multipartidárias de 1994 (ARD, 2009). No entanto, os indicadores de governação para Moçambique mostram que o País não melhorou significativamente e permaneceu abaixo da média da África Subsaariana na última década.

Os indicadores transversais de Moçambique sobre a governação e corrupção têm se deteriorado progressivamente. Os Indicadores Mundiais de Governação (WGI) para Moçambique mostram deterioração em todas as seis dimensões, como ilustra a tabela 3 abaixo.

Tabela: 4 WBGI = Indicadores de governança do Banco Mundial

Indicadores	Percepções		2000	2005	2009	2015	2019	2020	2021	2022	2019/ 2010
Voz e Responsabilidade	(i) capacidade dos cidadãos em participar na selecção dos governos; (ii) a liberdade de expressão, (iii) a liberdade de associação e (iv) a imprensa	Africa Subsaariana	31	32	33	33	33				0
		Moçambique	45	52	44	38	32				0
Estabilidade Politica e ausência de violência / terrorismo	(i) possibilidade de o governo ser destabilizado ou derrubado por meios violentos ou inconstitucionais, incluindo (ii) violência politica e (iii) terrorismo	Africa Subsaariana	35	34	34	32	31				0
		Moçambique	41	50	58	28	20				-1
Eficácia Governamental	(i) qualidade dos serviços públicos, (ii) o grau de independência dos serviços face a pressões politicas, (iii) a qualidade das politicas formuladas e implementadas, bem como a (iv) credibilidade dos compromissos do governo em relação essas politicas.	Africa Subsaariana	29	27	27	27	26				0
		Moçambique	41	37	34	23	19				-1
Qualidade de Regulação	(i) capacidade do governo para formular e implementar politicas e regulamentos que permitam e promovam o	Africa Subsaariana	30	29	30	30	28				0
		Moçambique	44	25	38	35	23				0
Estado de Direito	o grau de confiança e de cumprimento das regras da sociedade por parte dos agentes, em particular, a (i) qualidade da execução de contratos, (ii) os direitos de propriedade, (iii) a policia, (iv) os tribunais assim como a (v) probabilidade de crime e violência	Africa Subsaariana	30	29	30	31	29				0
		Moçambique	28	33	39	21	15				0
Controle da Corrupção	até que ponto o exercicio de poder público é utilizado para obtenção de ganhos privados, incluindo todas as formas	Africa Subsaariana	33	31	32	31	31				0
		Moçambique	22	28	25	31	26	25	26		0

Fonte: Banco Mundial

Embora Moçambique se situe na média da África Subsariana no que respeita a um indicador (voz e responsabilização), foi superado por países vizinhos nos demais indicadores (estabilidade política, eficácia governamental, qualidade da regulação, estado de direito e controlo da corrupção).

Especificamente, registou progressos ao longo da década, nas categorias de fundamentos para oportunidade económica e desenvolvimento humano, com a maioria dos ganhos observados nas áreas de infra-estruturas, saúde e sustentabilidade ambiental.

Denotam-se, igualmente, melhorias significativas de forma no Índice de Orçamento Aberto[2], tendo passado de 28/100 em 2010 para 45/100 em 2021. Embora as melhorias, nos últimos anos tenham abrandado, elas têm sido resultado de um maior fornecimento de informação ao público, da qualidade da proposta do Orçamento do Estado, e da abrangência do documento.

Não obstante, verifica-se deterioração na eficácia governamental, significando que a (i) percepção sobre a qualidade dos serviços públicos, (ii) competência na administração pública, (iii) independência das pressões políticas e a (iv) qualidade na formulação das políticas tem vindo a regredir.

[2] o compromisso crescente do Governo de Moçambique no que diz respeito à Transparência Orçamental. Tendo aderido ao processo de inquérito ao Orçamento Aberto, pesquisa independente feita pela *International Budget Partnership*, em 2010.

Igualmente, regista deterioração no indicador de Percepção de Controlo da Corrupção, constituindo num grande problema actual para o país, pelos seus efeitos negativos na taxa de crescimento, no nível e qualidade do investimento, bem como na alocação dos recursos externos. Algumas literaturas afirmam que a corrupção acaba funcionando como um imposto adicional às empresas nacionais e estrangeiras quando o governo não toma medidas mais concretas para estancar este mal.

Contexto Ambiental

O desempenho ambiental, medido através do Índice de Performance Ambiental, indica o quanto um determinado país está a atingir os objectivos de política ambiental. A nível global Moçambique está no 144º de 180 países, sendo que na zona subsaariana, o país ocupa o lugar 32 de 46. Contudo, nos últimos quatro anos tem registado melhorias no índice, atingindo 31.7 em 2022, contra 46.4 em 2018. Como alguns países a nível regional (África do Sul, Malawi e Tanzânia), Moçambique tem registado uma tendência de decrescimento do índice de desempenho ambiental, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 5: Índice de Desempenho Ambiental (EPI)

Indicadores	Paises	2006	2008	2010	2012	2014	2016	2018	2020	2022
Qualidade do ar	Mocambique	74.6	98.3	51.53	58.6	68.33	71.97	61.43	40.7	37.9
	Africa do Sul	78.6	90.4	30.4	10.2	94.4	88.8	41.1	28.9	22.2
	Tanzania	86.2	99.3	55.3	68.2	68.3	70.6	60.6	35.8	33.2
Agua e Saneamento	Mocambique		57.3	57.4	34.2	2.9	21.9	16.2	16.4	16.4
	Africa do Sul		41.7	68.1	11.9	36.1	71.9	24.7	24.6	24.7
	Tanzania		68	77.8	34.2	3.7		11.8	18.4	18.5
Metais Pesados	Mocambique							31.6	23.7	23.3
	Africa do Sul							53.2	58.8	58.1
	Tanzania							42.1	43.6	43
Biodiversidade e habitat	Mocambique	39.7	55.4	60.1	58.5	63.2	39.7	90.5	67.4	53.7
	Africa do Sul	47.2	44.8	62.4	47.6	64	75.1	64.2	63.2	41.2
	Tanzania	74.1	87.2	80.6		79.1	94.3	93	70.7	45.6
Florestas	Mocambique		94.4	92.8	62.9	4		10.6		10.2
	Africa do Sul		100	100	69.4	100	0	0		5.8
	Tanzania		73.3	70.7	35.9	14.1	42.7	11.8		12.6
Recursos Pesqueiros	Mocambique		55.4	66.2	44.1	23.7	84	50.7	16.3	57.1
	Africa do Sul		85.2	80.1	23.1	2.5	57	59.2	7.8	29.9
	Tanzania		79.1	83.4	38.9	26.2	60.9	49.3	13	19.1
Clima e energia	Mocambique	84	99.8	89.9	88.8			23.1		34.8
	Africa do Sul	53.3	51.4	39.5	21.2	49.9	54.3	34.7		49.7
	Tanzania	82.9	72.8	66.9	73.6			43.1		70.4
Emissoes de Poluicao	Mocambique							48.6	54.1	54.1
	Africa do Sul							34.7	69.7	54.6
	Tanzania							58.8	40.1	10.6
Recursos Hidricos	Mocambique	86.7				2.5	0	45.7	0.2	20
	Africa do Sul	33				27.7	79.4	87	21.7	21.7
	Tanzania	88.6				0.4	45.5	54	1.4	2.9
Agricultura	Mocambique	88.9	63.8	24.8	28.9	50.7	100	23.3	34.4	30.4
	Africa do Sul	48.4	74.7	64.3	44.7	79.2	93.4	47.8	54.4	61.1
	Tanzania	72.2	65.8	59.1	66.7	65.9	100	28.8	44	31.1
EPI	Mocambique	45.7	53.9	51.2	47.8	30	41.8	46.4	33.9	31.7
	Africa do Sul	62	69	50.8	36.2	53.5	70.5	44.7	43.3	37.2
	Tanzania	59	63.9	47.9	52.8	36.2	58.3	50.8	31.1	34.2

Fonte: Socioeconomic Data and Applications Center (SEDAC), 2021

Moçambique tem estado a conquistar resultados positivos em matéria da biodiversidade por habitat, tendo aumentado a sua área protegida e a prática agrícola amiga do ambiente. Nota-se igualmente bons resultados no que se refere a recursos pesqueiros.

Não obstante estes ganhos, têm se registado alguns aspectos negativos como a perda de florestas, acesso a fonte melhorada de água potável, tratamento de águas residuais, redução da fauna, poluição do ar e das águas, destruição dos mangais e queimadas descontroladas, degradacão dos solos, erosão, bem como a exposição da população a metais pesados.

No ambiente urbano se registam casos graves de erosão costeira e inundações derivadas da ocupação espontânea (sem obediência a uma planificação ou ordenamento urbano) dos terrenos para a construção. Nota-se ainda que grande parte das cidades possui sistemas de saneamento deficientes e obsoletos, falta de sistemas de esgotos nas zonas suburbanas,contribuindo para a contaminação do ambiente local com reflexos directos na saúde devido as doenças infeciosas (malária, cólera, diarreias etc.); e deficiente gestão dos resíduos e do espaço urbano.

No ambiente rural verifica-se uma exploração inadequada dos recursos pela população no processo de satisfação das suas necessidades básicas. Regista-se igualmente uma degradação dos solos resultante de práticas inadequadas de cultivo como queimadas e corte de árvores para abertura de machambas, abate indiscriminado das florestas para aprodução do carvão vegetal e queimadas que resultam na erosão e empobrecimento dos solos e emissão de carbono.

2.2 Análise FOFA

Forças	Fraquezas
❖ Localização geo-estratégica; ❖ População maioritariamente jovem e com alto potencial de influênciar esta a concentrar-se em idade economicamente activa; ❖ Potencial em recursos naturais e agrícola; ❖ Potencial turístico e condições para prática do turismo em todas épocas do ano e nas suas variadas vertentes; ❖ Existência de uma rede de transporte multimodal (marítimo, rodoviário e ferroviário) interligada aos países do interland.	❖ Instabilidade Macroeconómica e Fraca capacidade financeira do Estado; ❖ Baixo nível de produção e produtividade; ❖ Baixo nível de formação do capital Humano, (baixo acesso e fraca qualidade); ❖ Baixa qualidade de prestação de serviços básicos; ❖ Défice de infra-estruturas e insuficiente serviços de apoio a produção; ❖ Acentuadas desigualdades sociais entre as zonas rurais e urbanas e regionais (Centro e Norte vs Sul); ❖ Acelerado ritmo de crescimento demográfico; ❖ Elevados índices de doenças endémicas como a malária e o HIV/SIDA e altas taxas de desnutrição crónica; ❖ Existência de Agregados familiares pobres, chefiados por crianças, mulheres e pessoas idosas; ❖ Dispersão espacial da população nas zonas rurais; ❖ Predominância de assentamentos informais nas zonas peri-urbanas das principais cidades; ❖ Fraca articulação e coordenação institucional

Oportunidades	Ameaças
❖ Aceleração da transição demográfica como um dos pilares para a realização do dividendo demográfico; ❖ Existência de mercado interno e externo para colocação de produtos produzidos no país (agrícolas,minerais, energéticos…) ❖ Crescente procura internacional de commodities; ❖ Restauração da confiança internacional; ❖ Existência de corredores logístico de desenvolvimento; ❖ Transição energética; ❖ Compromisso de alcançar a cobertura universal de saúde e melhorar o acesso dos serviços primários de saúde, incluindo a saúde comunitaria.	❖ Influência dos choques internacionais; ❖ Mudanças climáticas e vulnerabilidades à desastres naturais; ❖ Instabilidade político-militar no norte de país; ❖ Níveis elevados de corrupção; ❖ Incertezas de controle da pandemia da COVID e os seus impactos;

De modo a explorar no máximo as forças, tirar o máximo proveito das oportunidades, eliminar as fraquezas e contornar as ameaças o desenvolvimento do país se vislumbra na combinação dos seguintes aspectos:

- ❖ Desenvolvimento económico: transformação e modernização da base produtiva e aproveitamento efectivo do potencial agrícola, florestal, pesqueiro, energético, mineiro e turístico, com a dinamização da indústria de pequena, média e grande escala, orientada à transformação de bens primários para suprir as necessidades internas e para o aumento do volume das exportações e redução das importações no país.

- ❖ Desenvolvimento social: acesso e qualidade dos serviços de educação, saúde e protecção social, bem como combate à desnutrição crónica, por forma a garantir a disponibilidade de mão-de-obra saudável e qualificada com competências chave (conhecimentos, habilidades e atitudes), capaz de desenvolver actividades produtivas à medida das potencialidades a serem transformadas em riqueza real, com o aumento do rendimento de cada cidadão, tanto nas zonas rurais como urbanas, por meio de emprego e auto-emprego. A transformação social se mostra relevante e

estratégica para impulsionar, na globalidade, o crescimento económico e desenvolvimento do país.

- Infra-estruturas: desenvolvimento de infra-estruturas económicas e sociais, com destaque para as vias de acesso (rodoviária, ferroviária e fluvial), de irrigação de pequena, média e grande escala, energia e de Tecnologias de Informação e Comunicação, bem como de educação, saúde, habitação, água e saneamento.

- Conservação da biodiversidade**:** preservação e conservação do ambiente natural e dos seus ecossistemas, reversão do desmatamento, recuperação de áreas degradadas, protecção das florestas e da biodiversidade, combate à desertificação, utilização sustentável dos oceanos, adopção de medidas de mitigação e adaptação efectiva às mudanças climáticas e da capacidade de gestão dos resíduos.

2.3 Desafios

i. **Diversificar a economia nacional** - Superar a dependência do sector primário e viabilizar o processo sustentado de desenvolvimento;

ii. **Desenvolver o capital humano** - Melhorar o acesso à e a qualidade da educação, combater a desnutrição, melhorar a saúde e o bem estar de cada pessoa, desde a pequena infância, a protecção contra a violência e contra os choques resultantes de conflitos ou desastres naturais. Agir nos factores que originam a tendência de aumento da desigualdade urbana/rural, territorial e de género. Deste modo, reverter a tendência de baixa qualificação da mão de obra nacional, e de desigualdade de oportunidades, em ordem ao aproveitamento do potencial dividendo demográfico e em ordem ao bom desenvolvimento destas e das novas gerações que nascerão na vigência da ENDE;

iii. **Desenvolver Infra-estruturas** - Investir em infra-estruturas com efeito directo na melhoria dos níveis de produção e produtividade, bem como no bem estar da população, em ordem a um crescimento inclusivo e ao potenciar das fontes de competitividade latentes em todas as regiões e províncias do país;

iv. **Resiliência às mudanças climáticas** - Desenvolver capacidades de prevenção e mitigação dos efeitos negativos das mudanças climáticas, com investimentos resilientes aos recorrentes choques que continuarão a assolar o país, bem como o desenvolvimento da economia verde e azul,

de modo a proteger as pessoas e a economia e potenciar as oportunidades económicas da quarta revolução industrial;

v. **Prevenção e combate à corrupção** - Implementar mecanismos e reforçar as instituições, procedimentos e os comportamentos pessoais e sociais positivos, em ordem à eliminação de todas as formas de corrupção e seus efeitos negativos.

2.4 Pré-Condições

i. **Unidade, Coesão Nacional e soberania, paz, estabilidade e democracia**: Estabilidade política, económica e inclusão social.

ii. **Ordenamento territorial equitativo e equilibrado**: intervenção no ordenamento para o benefício das pessoas e permitir o acesso à terra para investimento, acautelando os vários interesses sectoriais e territoriais com incidência espacial em termos de iniciativas de desenvolvimento.

iii. **Gestão sustentável dos recursos naturais**: Estabelecimento de parâmetros de utilização dos diferentes sistemas naturais e de zonas com características específicas.

iv. **Mudança de mentalidade em prol de uma cidadania activa**: Promoção da cultura de debate de ideias, de contribuição na solução de problemas, de pertença do bem público e de solidariedades entre as pessoas.

v. **Reforma legal e fiscal e a simplificação dos procedimentos para a promoção e facilitação de investimentos e negócios**: Leis e políticas que atraiam e favoreçam o crescimento do investimento interno e estrangeiro, fortalecimento de plataformas electrónicas e promoção da capacitação e competitividade das empresas.

vi. **Eficiência alocativa dos recursos**: recursos financeiros orientados maioritariamente para acções e projectos de desenvolvimento capazes de impulsionar a produção e geração de emprego, nomeadamente no reforços das precondições, ao nível do capital humano, do aumento da produtividade do trabalho.

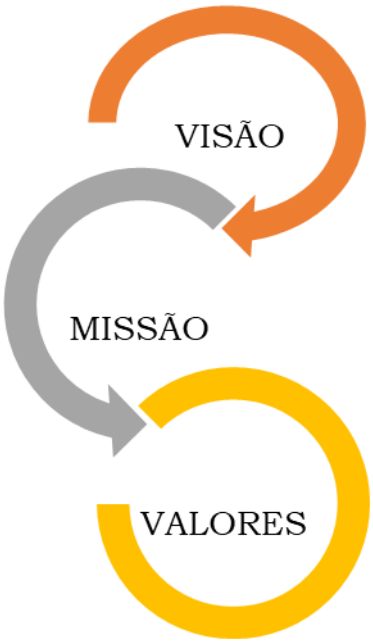
vii. **Transparência e prestação de contas**: promoção da cultura de integridade, isenção, transparência, participação cidadã e prestação de contas.

III. ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento toma em consideração o nível actual de desenvolvimento do país, as políticas e estratégias macroeconómicas sectoriais e terrotoriais, as reformas socioeconómicas, experiências e lições apreendidas em processos de desenvolvimento internos e de outros países, os acordos e compromissos bilaterais e multilaterais de desenvolvimento de Moçambique, bem como as potencialidades, as oportunidades e os desafios futuros.

A formulação da Estratégia Nacional teve em consideração os acordos e compromisso internacionais como o Objectivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Agenda 2063, Carta Africana dos Direitos Humanos, Protocolo da SADC, entre outros.

3.1. Visão, Missão, Valores



- ✓ Ser um país próspero, competitivo,sustentável, seguro e de inclusão

- ✓ Garantir a melhoria das condições de vida da população e uma distribuição justa do rendimento nacional.

- ✓ Desenvolvimento Sustentável
- ✓ Diversificação da economia
- ✓ Competitividade
- ✓ Participação e parceria
- ✓ Equidade do género
- ✓ Responsabilização pelos resultados
- ✓ Ética e transparência

3.2. Objectivos da Estratégia Nacional de Desenvolvimento

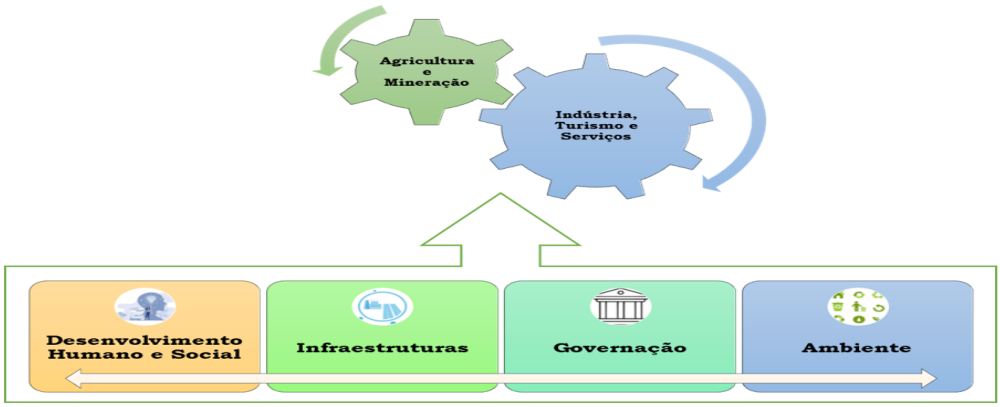
A Estratégia Nacional de Desenvolvimento visa alcançar os seguintes objectivos:

1. Diversificar a economia nacional tornando Moçambique num país de renda média-alta;
2. Desenvolver o capital humano nacional e assegurar o crescimento demográfico sustentável com aceleração da transição demográfica para o aproveitamento do dividendo demográfico, reduzindo os níveis de pobreza e desigualdade;
3. Desenvolver infraestruturas resilientes e de qualidade para a transformação económica e social com base no planeamento e ordenamento territorial;
4. Reforçar os mecanismos de prevenção, controle e combate à corrupção em todas as suas formas;
5. Promover o combate às mudanças climáticas e resiliência aos seus efeitos negativos.

3.3. Modelo de Desenvolvimento

O modelo preconiza a transformação estrutural da economia através da elevação da capacidade produtiva nacional, aumento da produtividade, diversificação e competitividade nacional com foco em quatro (4) sectores estratégicos: (i) Agrário[3] (ii) Mineiro, (iii) Indústria e (iv) Turismo. Estes sectores devem ser acompanhados pelo desenvolvimento do capital humano, infra-estruturas, governação e ambiente. Neste âmbito a figura a seguir ilustra:

Gráfico 2: Modelo de Desenvolvimento



[3] O Sector agrário compreende actividades da agricultura, pecuária, silvicultura,floresta e pesca.

Sector Agrário (Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Pesca)

É a base para a construção de um processo de crescimento económico, geração de riqueza e bem-estar. A produção do sector agrário será mais orientada ao fornecimento de alimentos para o abastecimento do mercado interno e matérias-primas à indústria transformadora, em especial, às alimentares e agro-indústrias, capazes de gerar valor acrescentado e abastecer aos mercados doméstico e internacional com produtos de elevado padrão de qualidade. Deste modo, será estimulado o aumento da produção de culturas alimentares e de rendimento através da exploração das vantagens agrogeológicas e competitivas de cada região e criar condições para a modernização e aumento da produtividade do sector e, igualmente, transformar os pequenos produtores para médios e grandes produtores comerciais através da integração, fortalecimento e o alargamento das cadeias de valor de culturas estratégicas, aumentando o seu rendimento e dinamizando a economia local (gerar oportunidades económicas e rendimento às famílias).

A transformação referida acima, inclui a modernização agrícola, pois, permitirá aumentar a produção e produtividade do sector. Igualmente, ocorrerá a liberação da mão-de-obra excedentária para o sector da indústria à medida que for abrangendo a modernização, com destaque para a indústria manufactureira que tem por característica o uso massivo de em mão-de-obra e consegue acrescentar valor aos produtos de modo a gerar rendimentos condignos aos produtores.

Por outro lado, os custos médios baixos da agricultura tornarão a matéria-prima mais barata para a indústria.

Mineração

Constítui, igualmente, a base para o desenvolvimento da indústria de manufactura para o processamento de recursos minerais brutos. Será encorajado o desenvolvimento de unidades de produção de minérios que podem ser processados localmente pelas pequenas e médias indústrias como construção, lapidação, joalharia com vista a um valor acrescentado ou transformação em bens, aumentando os ganhos no mercado e geração de oportunidades empregos.

Indústria

Pelo seu efeito multiplicador na economia será o motor dinamizador e promotor da diversificação da economia nacional. Com o estabelecimento de ligações com o sector primário poderá se desenvolver a indústria transformadora alimentar, mobiliário e de construção com base nas matérias-primas agrárias e mineiras produzidas localmente. Com estas indústrias, espera-se fomento da produção interna e a agregação do valor através do processamento, diversificação da produção, combate do défice da produção interna, segurança alimentar com o consumo do produto nacional, redução da importação de produtos agrários, mobiliário e de construção. Prevê-se que a exportação ocorra a medida que as necessidades internas em produtos agrícolas e mineiros forem satisfeitas e gerarem excedentes de produção. Igualmente, prevê-se aproveitar a proximidade com os países vizinhos estabelecer parcerias comerciais para o fornecimento dos produtos nacionais, o que poderá reduzir os custos logísticos de transporte, gerar emprego e desenvolver as cadeias produtivas da região ou localidade fornecedora.

Turismo

Será, igualmente, dinamizador de sectores estratégicos que contribuem para o seu desenvolvimento como agricultura, infra-estruturas, transportes, comunicações, comércio entre outros. Através de polos estratégicos do turismo cultural, histórico e ecológico, criar condições para estimular o sector privado a operar e criar roteiros turísticos para a promoção no mercado interno e internacional. Para o aproveitamento integral do potencial turístico prevê-se a implantação de infra-estruturas para os destinos turísticos e articulação intersectorial para a promoção do artesanato, da arqueologia, do desporto, da gastronomia e dos centros de desenvolvimento cultural.

Energia

Desempenhará um papel transversal na ENDE, no qual prevê-se, por um lado, que abasteça o mercado interno no seu consumo final reduzindo os custos de produção nos sectores estratégicos (agrário, indústria e turismo), tornando os produtores nacionais mais competitivos e a economia mais atractiva para investidores a nível da região; Por outro lado, melhorar o acesso e tornando o consumo de energia acessível à população.

Igualmente, pelo seu potêncial energético hídrico, solar, eólica, espera-se estimular a capacidade de produção de energias limpas orientada para o consumo interno bem como para exportação para os países da região.

Nas Infraestruturas serão priorizados o desenvolvimento de rede de infraestruturas e serviços com o enfoque no fomento da produção de culturas e produtos estratégicos, que garantam as ligações entre a produção agrária e a indústria de agro-processamento, ligações inter-industrias e entre os diversos sectores da economia. Explorar o sector da cabotagem tornando-o competitivo e cobrindo os portos secudários e terciários.

Dinâmica demográfica da População e a ENDE

O ritmo acelerado do crescimento da população moçambicana e a sua estrutura etária, predominantemente jovem, continuarão a ter um impacto significativo no desenvolvimento nacional, por dois motivos: (i) pela pressão sobre os serviços sociais básicos como educação, saúde, habitação, água e saneamento,transporte, e (ii) pelo aumento da procura mais oportunidades de emprego digno.

A estratégia centra-se na população, deste modo, focalizará na harmonização entre a dinâmica demográfica da população e as condições sociais e económicas para o desenvolvimento do capital humano e nacional através do investimento em capital humano.

Inflênciar os factores determinantes das tendências e comportamentos demográficos mortalidade, fecundidade e migração. Focalizar nos factores que conduzem a uniões prematuras e gravidezes precoces. Criar um ambiente propício a um maior espaçamento entre gravidezes e apoio ao desenvolvimento infantil desde a própria gravidez e na primeira infância. Manter os jovens, mulheres e homens, na educação, além do primeiro ciclo do ensino secundário, no segundo ciclo, inicialmente e além, no ensino superior, em ordem a um capital humano cada vez mais qualificado.

Esta estratégia de reforço da educação, de mulheres e homens, trará o aumento a capacidade produtiva, pelo aumento do capital humano em geral, Neste sentido, haverá dois ganhos possíveis, por um lado o aumento da inclusão de pessoas que produzem em funções e sectores mais exigentes em capacidades e conhecimento e, por outro lado, o aumento a capacidade de produção destas. Este resultado, por um lado assume o crescimento da procura por trabalho qualificado por parte da indústria manufactureira e do

sector de serviços, mas também permite que estes sectores cresçam, fruto da utilização de trabalho mais qualificado.

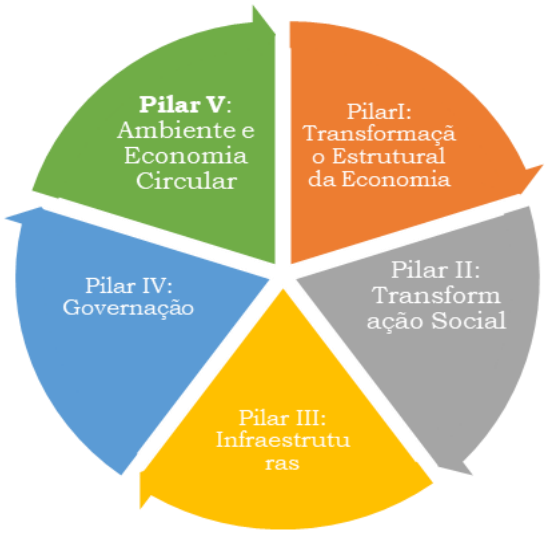
Como pode-se ver, as dinâmicas da população e do crescimento económico, podem alimentar-se mutuamente, associando o investimento em capital humano com intervenções de prevenção das gravidezes precoce, com efeitos ao nível da estrutura etárea da população que representam um factor complementar importante para prossecução dos objectivos da ENDE.

3.4. Pilares de Actuação e Áreas de Intervenção

A concretização da visão da ENDE 2023-2042 será orientada por cinco pilares, nomeadamente: i) Transformação Estrutural da Economia, ii) Transformação Social e demográfica, iii) Infraestruturas iv) Governação, v) Ambiente e Economia Circular. Estes pilares estão orientados para a remoção dos obstáculos macroeconómicos, sectoriais e estruturais do desenvolvimento económico, social, governação e ambiental.

A figura abaixo apresenta os principais pilares estratégicos para o desenvolvimento nacional nos próximos 20 anos.

Gráfico 3: Pilares estratégicos da ENDE 2022-2042



Com os pilares propostos, na ENDE (2023-2042), pretende-se orientar de forma ainda mais clara o processo de desenvolvimento de Moçambique. Estão constituídos por programas, objectivos estratégicos, e principais acções que visam alcançar, a visão do desenvolvimento nacional.

PILAR I: Transformação Estrutural da Economia

A transformação económica refere-se ao processo de mudança estrutural, através do aproveitamento dos pontos de força de que o país dispõe e redução de suas fraquezas. São assumidos como transformações necessárias a diversificação da estrutura da produção nacional, a modernização do sector de produção agrícola, pesqueira e mineira; o desenvolvimento rural, revitalização da indústria transformadora restabelecendo ligações sectoriais, promoção das pequenas e médias empresas, o reforço e dinamização dos principais serviços de apoio.

A efectivação destas transformações no médio e longos prazos, depende de alguns factores tais como: i) formação em competências específicas e promoção do empreendedorismo; ii) atracção de novas fontes de financiamento; iii) aceleração do ritmo do progresso tecnológico; iv) construção e reforço das infra-estruturas básicas de suporte; e v) aposta na investigação científica e introdução de novas tecnologias. Estes factores criarão condições para que o país melhore a composição da estrutura do PIB, e a sua competitividade nos mercados nacional e internacional.

Programas:

Programa 1 – Estabilidade Macroeconómica;
Programa 2 – Produção, Produtividade, Diversificação e Competitividade;
Programa 3 – Investigação científica, tecnologia e inovação

Programa 1 – Estabilidade Macroeconómica

Promover um ambiente macroeconómico estável, equilibrado e sustentável, de inclusão financeira, estímulo da poupança doméstica e investimento.

Acções Estratégicas:

i. Garantia do controlo do défice público e da sustentabilidade da dívida pública através de uma estratégia de gestão da dívida para o médio e longo prazos;
ii. Aperfeiçoamento do sistema tributário nacional por forma a simplificar a arrecadação e aumentar as receitas do Estado;
iii. Melhoria da gestão da despesa públicas procurando assegurar uma afectação eficiente dos recursos, a transparência dos gastos e reduzir o déficit orçamental;
iv. Restruturação do Sector Empresarial do Estado, concentrando a intervenção do Estado nos sectores estratégicos para o desenvolvimento nacional;

v. Aperfeiçoamento da implementação das políticas fiscal, monetária e cambial de forma coordenada e ponderada tendo em conta a sua eficácia e eficiência;
vi. Fortalecimento e expansão do sistema financeiro e estimular o empresariado nacional;
vii. Aplicar objectivos, regras e âncoras fiscais para o fortalecimento.

Indicadores e metas, 2042

i. Taxa de Crescimento real do PIB, aumentar de 3.8% para 8%;
ii. PIB per capita, aumentar de USD 745 para USD 4807;
iii. Inflação Média anual de 11% para 5,6%
iv. Balança comercial
  a. Exportação s/ GNL, aumento de USD 5579 para USD44000
  b. Importação ,
v. Receitas do Estado s/GNL em % do PIB, aumento de 25,4 para 27,5;
vi. Despesas do Estado em % do PIB, redução de 33,1 para 31,7;
  a. Funcionamento, redução de 23,9 para 11,1;
  b. Investimento, aumento de 3,2 para 20;
vii. Déficit Orçamental em % do PIB, redução de (-7,7) para menos de (-5);
viii. Dívida pública em % do PIB, redução de 107,5 para menos de 60;
ix. Saldo Primário em % do PIB, aumento de (-3,4) para mais de 3

Programa 2 – Produção, Produtividade, Diversificação e Competitividade

Estimilar o aumento da eficiência produtiva em áreas consolidadas e induzir o desenvolvimento em áreas de grande potêncial agro-ecológico, indústrial, mineiro e energético, para a satisfação das necessidades do país e para exportação.

Acções Estratégicas:

i. Orientação da produção do sector agrário ao fornecimento de alimentos para o abastecimento do mercado interno e fornecimento de matérias-primas à indústria transformadora, em especial, às agro-indústrias (alimentares, mobiliário e construção);
ii. Estímulo ao aumento da produção de culturas alimentares e de rendimento através da exploração das vantagens agro-ecológicas e competitivas de cada região e criar condições para a modernização e aumento da produtividade do sector;
iii. Transformação dos pequenos produtores para médios e grandes produtores comerciais através da integração, fortalecimento e o alargamento das cadeias de valor de culturas estratégicas;

iv. Encorajamento ao desenvolvimento de unidades de produção de minérios que podem ser processados localmente pelas pequenas e médias indústrias como construção, lapidação, joalharia com vista a um valor acrescentado;
v. Desenvolvimento a indústria transformadora alimentar, mobiliário e de construção com base nas matérias-primas agrárias e mineiras produzidas localmente;
vi. Aproveitamento da proximidade com os países vizinhos e estabelecimento de parcerias comerciais para o fornecimento dos produtos nacionais;
vii. Garantia de ligações verticais entre os sectores agrário e da indústria, e fomento da produção interna e a agregação do valor;
viii. Definição de polos estratégicos para o turismo e criação de condições para estimular o sector privado a operar e criação de roteiros turísticos para a promoção no mercado interno e internacional;
ix. Implantação de infra-estruturas para os destinos turísticos estratégicos e articulação intersectorial para a promoção do artesanato, da arqueologia, do desporto, da gastronomia e dos centros de desenvolvimento cultural;
x. Estímulo a capacidade de produção de energias orientada para o consumo interno (produção e consumo das famílias) bem como para exportação para os países da região.

Indicadores e metas até 2042

- *Contribuição sectorial em % do PIB*
    - *Primário, redução de 24,3 para 16,7;*
    - *Industria, aumento de 17,8 para 50,2;*
    - *Terciário, redução de 57,8 para 27,5.*
- *Empregos por sector (%)*
    - *Primário, redução de 76 para 49,4;*
    - *Indústria, aumento de 5 para 8,8;*
    - *Terciário, aumento de 19,3 para 41,8.*
- *Produtividade laboral média por sector (USD)*
    - *Primário, aumento de 340 para 787;;*
    - *Indústria, aumento de 3043 para 13158;*
    - *Terciário, redução de 2008 para 1325.*
- *Índice de competitividade, melhoria de 2,9 para 4,1.*

Programa 3 – Investigação científica, tecnologia e inovação

Promover o desenvolvimento tecnológico, polos de empreendedorismo em tecnologia digital, investigação científica e inovação.

Acções Estratégicas:

i. Apoio e dinamização de programas e projectos de investigação científica e inovação tecnologica orientadas promoção da produção dos sectores estratégicos;
ii. Promoção ao desenvolvimento de uma cultura científica a nível nacional;
iii. Promoção a divulgação das actividades de investigação cietífica e tecnológica;
iv. Aprimoramento a intesificação do ensino em ciências, tecnologias e engenharia no país;
v. Incentivo ao desenvolvimento da economia digital, ampliando o apoio de tecologias emergentes e suas aplicações no país;

Indicadores e metas até 2042

- *Despesa em pesquisa e desenvolvimento em % do PIB;*
- *R*ecursos humanos em ciência e tecnologia;
- *% de contribuição de ICT no PIB;*
- *% do PIB alocado à investigação científica, tecnologia e inovação e ao desenvolvimento empresarial orientado pela ciência, tecnologia e inovação;*
- *Registos de Patentes;*
- *Startups por ano.*

Pilar II Transformação Social e Demográfica

A transformação social e demográfica centra a sua atenção na população e pretende assegurar o equilíbrio entre a dinâmica demográfica e a qualidade de vida, responder ao desafio do rápido crescimento da população no geral e em especial dos jovens, bem como aproveitar o dividendo demográfico, estruturando um sistema de educação e saúde de qualidade e de inclusão social que permita o desenvolvimento do capital humano. A transformação social se mostra relevante e estratégica para impulsionar, na globalidade o desenvolvimento do país.

O foco é no aproveitamento do dividendo demográfico, reestruturando o sistema de educação, saúde e de protecção social como determinante e estratégico para o processo de transformação social.

Programas:

Programa 1: População e capital humano
Programa 2: Emprego e empreendedorismo
Programa 3: Protecção, assistência e inclusão social
Programa 4: Juventude, Cultura e Desporto
Programa 5: Genéro

Programa 1: População e capital humano

Influênciar as tendências e dinâmica da população e estimular a sua transição para o aproveitamento do dividendo demográfico com enfoque no desenvolvimento do capital humano.

Acções Estratégicas:

i. Promoção e apoio a programas e iniciativas que contribuam para o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos;
ii. Melhoria da qualidade da educação e garantia da formação técnica vocacional e profissional para o desenvolvimento de competências e inovação;
iii. Formação e aperfeiçoamento profissional em articulação com o sector produtivo;
iv. Melhorar a qualidade dos cuidados de saúde e nutrição da população, bem como a intensificação de esforços com vista a redução das doenças endémicas mais comuns tais como a malária, cólera, tuberculose e o HIV/SIDA;

Indicadores e Metas até 2042

- *Taxa de crescimento da população, redução de 2,5 para 1,8;*
- *Proporção da população abaixo da linha de pobreza de 68,2% para 35,2%;*
- *Desigualdades (coeficiente de Gini), passar de 0,51 para 0,69;*
- *Índice de pobreza multidimensional, melhoria de 53% para 41%;*
- *Índice de Desenvolvimento Humano do país, melhoria de 0,446 para 0,859;*
- *Taxa de analfabetismo em idade igual ou superior a 15 anos de 39% para 25%, em especial nas mulheres de 49.4% para 39%;*
- *Prevalência média nacional da desnutrição crónica, redução de 38 a 22;*
- *Prevalência do HIV entre 15 e 49 anos;*
- *Taxa de natalidade (por 1000 hab);*
- *Taxa de mortalidade infantil (por 1000 nascidos vivos), redução de 67,4 para 51,2;*
- *Percentagem da população jovem e adulta com competências técnico profissionais orientados às necessidades de mercado;*
- *Taxa de participação dos graduados do ensino técnico e profissional no mercado de trabalho;*

Programa 2: Emprego e empreendedorismo

Assegurar a absorção da força de trabalho com base na maximização *oportunidades de emprego*, formação profissional e estímulo ao empreendedorismo, com enfoque nos joves.

Acções Estratégicas:

i. Reforço aos centros de formação profissional orientados as necessidades de desenvolvimento nacional em articulação com o sector produtivo para a reconversão e aperfeiçoamento profissional;
ii. Promoção de estágios pré-profissionais e estímulo ao desenvolvimento de competências da força de trabalho;
iii. Reforço e expansão de incubadoras de negócios orientados ao empreendedorismo, com enfoque na promoção do auto-emprego;
iv. Promoção ao uso de tecnologia digital como forma de incentivo a inovação e ao empreendedorismo.

Indicadores e Metas até 2042

- *Variação do Índice de Emprego, aumento de 0,4% para 6,5%;*
- *Taxa de criação de emprego por sector de actividade;*
- *Taxa de empregabilidade, aumento dos níveis de empregabilidade;*
- *Taxa de crescimento das pequenas e médias empresas;*
- *Taxa de auto-emprego;*

Programa 3: Protecção, assistência e inclusão social

Assegurar a equidade e a sustentabilidade do sistema de protecção e assistência social e de inclusão dos grupos vulneráveis.

Acções Estratégicas:

i. Melhorar o sistema de assistência social e inclusão dos grupos vulneráveis;
ii. Desenvolver pacote de assistência para às famílias vulneráveis que inclui o acesso saúde, educação, habitação e oportunidades de emprego;
iii. Promover a igualdade de oportunidades dos grupos sociais vulneráveis;
iv. fortalecer os mecanismos de combate ao trabalho desumano e de acesso ao trabalho decente para a população em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal;
v. Promover um sistema de protecção e previdência social economicamente sustentável e garantir segurança social básica e do bem-estar dos beneficiários; bem como o seguro de saúde para os funcionários públicos;

vi. Garantir a inserção social e condições dignas aos veteranos de luta de libertação nacional e dos combatentes.

Indicadores e Metas até 2042

- *Percentagem da população vivendo abaixo da linha de pobreza cobertos pelos programas de protecção e assistência social, redução de 22% para 61,6%;*
- *Percentagem de população coberta pela previdência e segurança social,;*

Programa 4: Juventude, Cultura e Desporto

Promover a coesão social, a valorização da identidade cultural e das artes.

Acções estratégicas:

i. Cultivo nos jovens o espirito patriótico, diálogo, tolerância, ética e criar oportunidades para adquirirem experiência e qualificações para o trabalho, bem como valores morais, civicos, culturais, sociais e democráticos;
i. Promoção da participação dos jovens no processo de desenvolvimento nacional;
ii. Estímulo aos jovens no combate ao alcoolismo, tráfico e consumo de drogas, a violência;
iii. Valorizar e dinamizar o património histórico e cultural nacional, e promover actividades sociais culturais e recreativas;
iv. Promover as manifestações culturais dos diferentes grupos étnicos e sociais, a sua expressão e seu desenvolvimento;
v. Promoção do conhecimento da riqueza e da diversidade cultural;
vi. Fomento das indústrias culturais e criativas em conexão com actividades turísticas de qualidade;
vii. Massificação da prática desportiva e fomento ao desenvolvimento de várias modalidades de alto rendimento e melhoria na participação das competições nacionais e internacionais;
viii. Implementação e Promoção de um sistema desportivo de formação de agentes desportivos com enfoque na profissionalização dos praticantes das diferentes modalidades.

Indicadores e Metas até 2042

- *Taxa de empregabilidade, dos graduados da educação profissional (%), aumento de 47 para 65;*
- *Taxa de oucupação*
    a. *Nenhum nível de escolaridade (%), redução de 75,8 para;*
    b. *Nivel secundário e mais (%), aumento de 48,3;*

- *Taxa de auto-emprego, aumento de 0,6 para 1,5;*
- *Jovens abrangidos pelos fóruns de diálogo (%), aumento de 52,9 para 76,2.*

Programa 5: Género

Assegurar o reforço a acções de promoção de igualdade e equidade de género, e de oportunidades no processo de desenvolvimento económico e social, com enfoque nas mulheres e raparigas.

Acções estratégicas

i. Integração da abordagem do género nos programas e iniciativas sectoriais; Integrar as questões de genero nas grandes decisões estratégicas do desenvolvimento do país e em todos os outros instrumentos de planificação nacional e sectorial;
ii. Promoção e desenvolvimento de acções que garantam igual representação e participação em órgãos de tomada de decisão;
iii. Promoção da igualdade de direitos e oportunidades no acesso à educação, formação técnico profissional de qualidade, na relação ao emprego e auto-emprego formal, informal e trabalho doméstico não remunerado entre outros benefícios;
iv. Promoção da igualdade de direitos e oportunidades em relação à posse e controle de recursos produtivos e seus rendimentos, acesso às tecnologias informação e comunicação;
v. Promoção de acções de prevenção e combate a descriminação a todo tipo de violência baseada no género, em particular contra as mulheres e raparigas, nas esferas públicas e privadas, numa parceria entre o governo, parceiros de cooperação, sector privado e a sociedade civil;
vi. Promoção do emponderamento e a emancipação da mulher e da rapariga;

Indicadores e Metas até 2042

- *Índice de Desenvolvimento do Género (IDG), aumento de 0,868 para 0,979;*
- *Índice de Pobreza (%)*
  a. *Homens*
  b. *Mulheres*
- *Participação do genero na força de trabalho (%)*
  a. *Homens, aumento de 73,5 para 75*
  b. *Mulheres, aumento de 66,5 para 75;*
- *Emprego Formal genero (%)*
  a. *Homens*
  b. *Mulheres, aumento de 22,7 para 35.*

Pilar III Infra-estruturas

Este Pilar tem em vista a redução do défice de infraestruturas no país e do aumento da eficiência produtiva, baseado na disponibilidade de infra-estruturas resilientes e de qualidade que facilitem a actividade económica e social, melhorem as condições de vida e que promovem a integração nacional, regional e continental, com destaque para as vias de acesso (rodoviária, ferroviária e fluvial), infraestruturas de irrigação de pequena, média e grande escala, energia e de Tecnologias de Informação e Comunicação, bem como de educação, saúde, habitação, água e saneamento.

O foco será de potenciar e desenvolver as infra-estruturas necessárias a transformação económica e social, tomando como base o planeamento e ordenamento territorial.

Programas:

Programa 1: Infraestruturas económicas;
Programa 2: Infraestruturas sociais;
Programa 3: Infra-estruturas de Administração;

Programa 1: Infraestruturas económicas

Promover o desenvolvimento de infraestruturas económicas resilientes de apoio a produção e de acesso aos mercados.

Acções estratégicas

i. Desenvolvimento de infraestruturas agrárias e mineiras, processamento, e comercialização;
ii. Modernização das infraestruturas de transporte, comunicação, e sistemas meteorológicos tornando-os eficientes, rentáveis e seguros;
iii. Aumentar a capacidade de produção de energia no país região e reduzir o défice de energia Expansão de infraestruturas de geração, transmissão e distribuição de energia; aumentar a produção de energia existente e reforçar a linha de transporte de energia;
iv. Corredores de desenvolvimento

Indicadores e metas até 2042:

- *Extensão da rede nacional rodoviária;*
- *Extensão de linhas de rede ferroviária nacional;*
- *Movimento de mercadorias*
- *Movimento de embarcações de comércio*
- *Fluxo de mercadorias em corredores de transporte;*

- *Expansão do comércio inter-regional e internacional;*
- *Capacidade de armazenamento de produtos em toneladas,*
- *Volume de produtos comercializados de áreas agrícolas para as áreas de consumo;*
- *Volume de trânsito;*
- *Volume de energia elétrica produzida;*
- *Percentagem de ligações à rede elétrica para as áreas produtivas.*

Programa 2: Infraestruturas sociais

Aumentar a provisão e acesso aos serviços básicos para o desenvolvimento humano e bem-estar social.

Acções estratégicas

i. Desenvolvimento de infraestruturas de educação e formação vocacional e técnico profissional;
ii. Expansão e melhoramento da rede sanitária;
iii. Abastecimento de água e saneamento urbano e rural;
iv. Facilitação da mobilidade de pessoas e bens nas zonas urbanas e rural;
v. Expansão da rede de distribuição de energia elétrica;
vi. Promoção do acesso a habitação condigna;
vii. Promoção enventos cultural e recreativa;
viii. Promoção de actividades desportivas recreativas e de alto rendimento;

Indicadores e metas até 2042:

- *Acesso aos serviços de educação e formação vocacional e técnico profissional, em percentagem da população;*
- *Acesso aos serviços de saúde, em percentagem da população;*
- *Acesso à energia elétrica de qualidade, em percentagem da população;*
- *Fonte segura de água potável, em percentagem da população;*
- *Acesso ao saneamento adequado, em percentagem da população;*
- *Habitação condigna, em percentagem da população;*
- *Património cultural recuperado, protegido, arquivo e valorização, em percentagem;*
- *Participação de artistas em eventos culturais e recreativas (teatro,música, cinema), em percentagem;*
- *Participação de atletas nas competições de alto rendimento, em percentagem*

Programa 3: Infra-estruturas de Administração das instituições do Estado

Assegurar a disponibilidade de infraestruturas de administração pública, lei e Ordem, Segurança e Justiça.

Acções estratégicas:

i. Expansão e manutenção de infraestruturas da administração pública, lei e ordem, segurança e justiça;
ii. Alargamento dos serviços públicos para a população.

Indicadores e metas:

- *Percentagem da população com acesso aos serviços públicos;*
- *Taxa de cobertura dos serviços públicos;*
- *Percentagem da população com acesso aos de lei e ordem, segurança e justiça;*
- *Taxa de cobertura dos serviços de lei e ordem, segurança e justiça.*

Pilar IV Governação

Este Pilar pretende melhorar a governação com vista a garantir o crescimento equitativo no país, através do fortalecimento das instituições, estabilizando e modernizando a administração pública, consolidar o processo de descentralização sustentável, assegurando um desenvolvimento territorial equilibrado, harmonioso e redobrar os esforços no combate de todas as formas de corrupção, garantir a defesa e segurança, bem como a integridade territorial do país.

Deste modo, o foco será para assegurar e garantir a estabilidade e integridade territorial e reforçar a cooperação internacional, consolidar a paz, reforçar o Estado Democrático e de Direito, promover a boa governação, modernizar os serviços públicos prestados pelo Estado, consolidar a descentralização e o desenvolvimento local. Será prestada atenção ainda a questões relacionadas com promoção de ambiente de negócios, prestação de contas, estabilidade política, eficácia do Governo e qualidade regulatória, bem como o reforço dos laços de amizade e cooperação com outros Estados, organizações internacionais e da sociedade civil.

Programas:

Programa1- Soberania e integridade territorial;
Programa 2-Democracia e participatição;
Programa 3-Administração pública;
Programa 4-Ambiente de negócios;
Programa 5-Cooperação.

Programa 1- Soberania e integridade territorial

Assegurar a soberania e garantir a estabilidade, integridade territorial e preservar a unidade nacional.

Acções estratégicas:

i. Consolidação e preservação da paz e da coesão interna;
ii. Prevenção e combate aos actos que resultem em instabilidade no País;
iii. Reforço da ordem,segurança e tranquilidade pública;
iv. Redução das assimetrias sociais, regionais e territoriais;
v. Reforço do controlo das fronteiras.

Indicadores e metas:

- *Estabilidade política e ausência de violência ou terrorismo, melhoria de 20 a 39.*

Programa 2-Democracia e participação

Assegurar o direito à cidadania e a liberdade de expressão, de associação e de imprensa.

Acções estratégicas

i. Fortalecimento da democrácia, das liberdades e direitos fundamentais do cidadão;
ii. Participação contínua das autoridades e lideranças locais nos processos de desenvolvimento;
iii. Fortalecimento e ampliação dos mecanismos de participação activa da população nos processos democraticos;
iv. Promoção dos processos participativos na tomada de decisão ao nível local;
v. Promover a liberdade e direitos fundamentais dos cidadãos;

Indicadores e metas até 2042:

- *Voz e Responsabilização, melhoria de 32 para 42;*

Programa 3-Administração das instituições do Estado

Fortalecer e modernizar as instituições do Estado para prestação de serviços públicos de excelência.

Acções estratégicas

i. Modernização e promoção da eficiência, eficácia e transparência da administração pública e das instituições da administração da justiça e da lei e ordem;
ii. Prestação dos serviços de qualidade e o reforço a integridade da administração pública;
iii. Profissionalização da administração pública e melhoria da gestão dos recursos humanos, financeiros e patrimoniais;
iv. Reforço ao combate, de forma rigorosa, à corrupção, à má gestão e ao conflito de interesses na administração pública;
v. Fortalecimento e expansão das instituições da administração da justiça da lei e ordem;
vi. Consolidação das reformas da descentralização e do desenvolvimento local;
vii. Reforço ao poder local e redução das assimetrias regionais e municipais;
viii. Promoção da cultura de transparência, prestação de contas e responsabilização na administração e gestão da coisa pública.

Indicadores e metas até 2042:

- *Eficácia do governo, melhoria de 19 para 31;*
- *Estado de direito, melhoria de 15 para 27;*
- *Qualidade de regulação, melhoria de 23 para 33;*
- *Controle da Corrupção, melhoria de 26 para 33.*

Programa 4-Ambiente de Negócios

Promover a melhoria do ambiente de negócios e conferir as empresas e a economia vantagens competitivas e comparativas.

Acções estratégicas:

i. Simplificação dos processos e procedimentos na execução da actividade económica;
ii. Revisão do regime fiscal;
iii. Coordenação das inspecções as actividades económicas;
iv. Facilitação ao investimento, do acesso aos mercados e redução de custos de financiamento;

Indicadores e metas:

- *Índice na classificação global do doing business;*
- Índice do volume de negócios, aumento de 2% para 9%;

Programa 5- Cooperação

Reforçar o estabelecimento e o fortalecimento de relações de amizade com povos, Estados e organizações internacionais, com enfoque no desenvolvimento do país.

Acções estratégicas

i. Aprofundamento das relações de amizade e cooperação com os diferentes países;
ii. Interação permanente e regular com parceiros de desenvolvimento nos domínios económicos, sociais e político;
iii. Promoção das potencialidades económicas, sociais e culturais do país no exterior.

Indicadores e Metas até 2042:

- *Fronteira delimitada e reafirmada (Km), aumento de 440 para 12 68;*

Pilar V Ambiente e Economia Circular

O pilar do Ambiente e Economia Circular visa a conservação e protecção ambiental, e igualmente, uma transição para uma economia circular integrando a bioeconomia em um sistema que torna as actividades económicas viáveis e sustentáveis a longo prazo, gerando oportunidades para a criação de emprego e uma contribuição importante ao crescimento do PIB.

O principal desafio do pilar Ambiente e Economia Circular é garantir que o Desenvolvimento Nacional seja sustentável, em duas vertentes:

Em termos ambientais, através da manutenção, preservação e conservação do ambiente natural e dos seus ecossistemas com acções que vão da reversão do desmatamento, recuperação de áreas degradadas, protecção das florestas e da biodiversidade, combate à desertificação, utilização sustentável dos oceanos, e adopção de medidas de mitigação e adaptação efectivas contra as mudanças climáticas.

Transição para um sistema económico circular, que respeita os limites das fontes dos recursos naturais e da capacidade de absorção dos resíduos e que torna as actividades económicas sustentáveis a longo prazo.

Espera-se que as práticas inovadoras na transição de padrões de produção e consumo mais sustentáveis, optimizem o uso dos recursos naturais, reduzam os efeitos negativos das alterações climáticas e promovam a neutralidade carbónica e a transição energética.

Programas:

Programa 1: Planeamento e ordenamento territorial;
Programa 2: Ambiente
Programa 3: Economia Circular.

Programa 1: Planeamento e ordenamento territorial

Assegurar a organização do espaço nacional e a utilização sustentável dos seus recursos naturais, acautelando a protecção e conservação do meio ambiente.

***Acções estratégicas*:**

i. Aprofundamento da participação das comunidades na governação territorial;
ii. Zoneamento de áreas de interesse para a conservação (natureza e bio-diversidade) e áreas de interesse para as actividades económicas e sociais;
iii. Promoção de espaços catalisadores do crescimento económico, que potenciem os efeitos dos investimentos;
iv. Redefinição de reservas florestais e sua gestão;
v. Qualificação das infraestruturas e espaços urbanos e desenvolvimento das funções terciárias e industriais das cidades e vilas.

Indicadores e metas até 2042:

- *Áreas protegidas terrestres, incremento para 31%;*
- *Áreas protegidas marinhas, aumento para 12%;*
- *Área florestal, aumento para 50%;*
- *Contributo da renda florestal (% do PIB), incremento para 15%;*
- *Áreas agrícola, incremento em 100%.*

Programa 2: Ambiente

Assegurar a sustentabilidade ambiental com base na preservação, conservação e gestão dos seus ecossistemas.

Acções estratégicas:

i. Promoção da exploração e gestão sustentável dos recursos naturais;
ii. Recuperação dos ecossistemas e habitates degradados;
iii. Redução da emissão de gases de efeito de estufa e melhoria da segurança energética;

iv. Estímulo às indústrias para o aperfeiçoamento e utilização de tecnologias limpas e apropriadas;
v. Promoção de educação ambiental e divulgação de técnicas alternativas para gestão de resíduos domésticos;
vi. Aumento da capacidade de produção das fontes de energia renováveis; Promover a gradual substituição do uso dos combustíveis fósseis pela energia renovável,
vii. Melhoria dos mecanismos de mitigação e estratégias de adaptação aos efeitos das mudanças climáticas;
viii. Conservar a biodiversidade marinha e costeira;

Indicadores e metas até 2042:

- *Emissões de CO2 (toneladas métricas per capita), manutenção em 0.2;*
- *Níveis de poluição PM2.5, exposição média anual (microgramas por metro cúbico) redução em 50%;*
- *Consumo de energia renovável moderna, excluindo hidroelétrica (% do consumo total de energia final) aumento para 5%;*
- *Àreas de ecossistemas críticos em degradação, redução em pelo menos 30%;*
- *Habitats de espécies florísticas e faunísticas ameaçadas de extinção com estratégias de maneio estabelecidas, cobertura de pelo menos 40%;*
- *Ecossistemas criticamente poluídos, redução em pelo menos 50%;*
- *Àreas de espécies invasoras, redução em 10%;*
- *Àreas de ecossistemas criticamente afetados pelas mudanças climáticas sob gestão de ecossistemas adaptativos, cobertura em pelo menos 30%;*
- *Índice de desempenho ambiental, aumento de 31,7 para 42,5.*

Programa 3: Economia circular

Melhorar os padrões de produção e consumo, assegurando sua sustentabilidade.

Acções estratégicas

i. Promoção da reutilização e reciclagem de materias-primas;
ii. Modernização dos processos de produção industrial;
iii. Melhoria da gestão de resíduos sólidos, minimizando a sua produção e maximizando sua re-utilização;
iv. Minimização da utilização dos recursos naturais e energéticos através da reutilização e gestão dos resíduos sólidos.

Indicadores e metas até 2042:

- *Taxas de reciclagem de resíduos, aumento de 5,2 para 9,8.*

3.5. Cenário Macroeconómico

A elaboração do cenário macroeconómico tomou como base as perspectivas económicas e sociais, e os desafios para o desenvolvimento do país. Bem como as perspectivas do cenário internacional.

O presente cenário macroeconómico não é uma predicção do futuro, mas permite definir orientações mais consistentes com o provável desenvolvimento da economia, ampliando deste modo a chance de alcançar o futuro desejado. Para além de que orientará a definição de parametros na elaboração de instrumentos de planificação à vários níveis central e territorial.

Para alcançar um crescimento sustentável que é o caminho para o desenvolvimento, o país necessita de um ambiente macroeconómico estável com políticas fiscais e monetárias coordenadas e sustentáveis. Deste modo a estratégia nacional do desenvovimento apresenta:

i. **Cenário base** pressupõe (a) estabilidade macroeconómica com reformas que contribuem para o equilibrio fiscal de longo prazo, (b) desenvolvimento no sector do gás e com poucas ligações intersectoriais, e (c) reduzida intervenção para modernizar agricultura e dinamizar indústria manufactureira; Este cenário subdivide-se em duas alternativas para captar as dinâmicas e incertezas do sector do GNL;

ii. **Cenário alternativo com ENDE** pressupõe (a) reformas económicas mais abragentes que elevam o potencial de crescimento da economia nacional; (b) política da população mais arrojada, (c) materialização dos projectos de gás, e maior ligação com os sectores da indústria alimentar, construção, têxtil; (d) Maior modernização da agricultura, (d) maior aproveitamento da mineração de pequena e média escala pela indústria; e (e) o aproveitamento integral do potencial turístico do País. Este cenário subdivide-se em duas alternativas para captar as dinâmicas e incertezas do sector do GNL.

iii. **Etapas da ENDE**

Década 2023-2032, Criação das Bases e início do *take off*

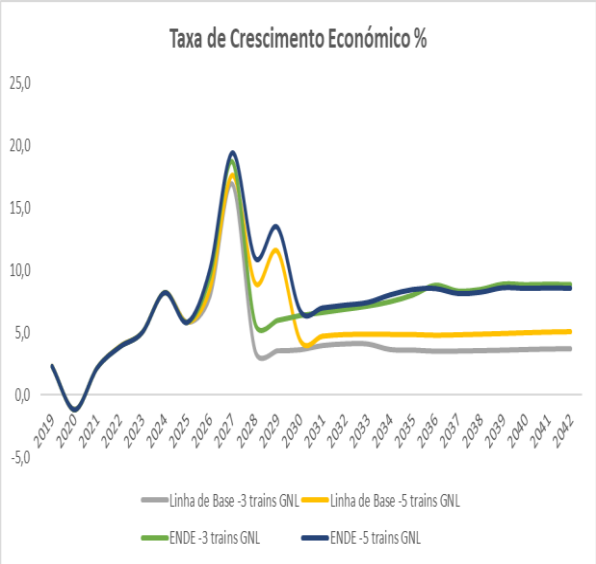
- Investimentos nos Sectores Agrícola e Pesqueiro para aumento na produção;
- Melhoria do acesso e qualidade da educação e saúde, orientado ao desenvolvimento do capital humano e incremento na produtividade da mão de obra;
- Produção e exportação em larga escala do gás natural liquefeito dos projectos da área 1 e 4 da Bacia do Rovuma;
- Estabelecimento das agro-indústrias e indústrias transformadoras de referência;
- Investimento em infra-estruturas produtivas estruturantes e sociais;
- Avanço tecnológico e crescimento do sector de serviços com destaque para hotelaria e restauração, turismo;
- Prevalência das actuais taxas de crescimento populacional.

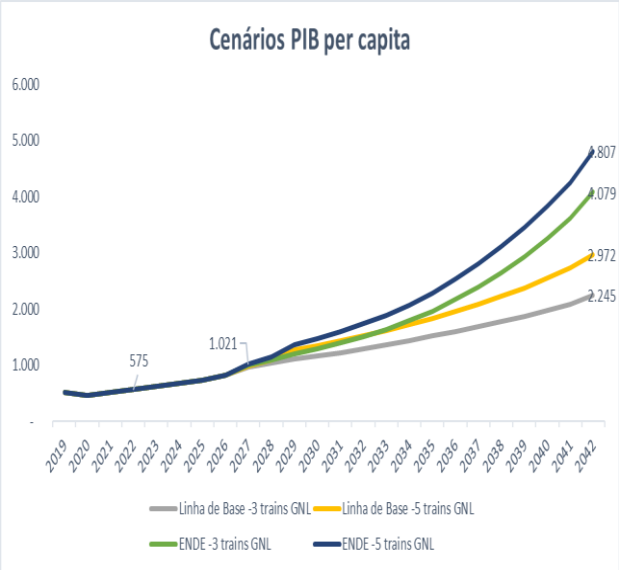
Década 2033-2042, Moçambique país industrializado e de serviços mais robustecidos

- Expansão rápida da indústria em resposta a política da substituição de importações de bens essenciais e o desenvolvimento agro-industrial;
- Melhoria contínua do acesso e qualidade da educação e saúde, orientado ao desenvolvimento do capital humano e incremento na produtividade da mão de obra;
- Diversificação das exportações e exportação de produtos de valor acrescentado;
- Investimento contínuo em infra-estruturas produtivas estruturantes e sociais;
- Fortalecimento do sector de serviços e cada vez mais baseados em TICs;
- Controlo do crescimento da população.

Como resultado a economia apresentará trajectórias de crescimento ilustradas no gráfico abaixo. Importa referir que independentemente da estratégia de intervenção nos vários sectores de actividade, o sector de petróleo e gás irá sustentar o crescimento económico a dois dígitos até 2030.

Gráfico 4: Cenários de crescimento económico e do PIB Per capita





A longo prazo, a dinâmica nos sectores não petrolíferos (agricultura, manufactura e serviços) é que irá determinar o ritmo de crescimento e a geração da riqueza no país;

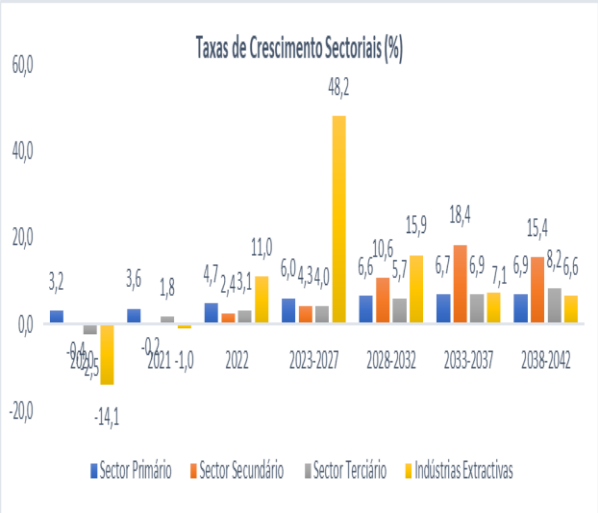
Verifica-se que com a implementação da ENDE e considerando a materialização das 5 plataformas de GNL, Moçambique poderá ingressar no grupo de países de renda média em 2028, com o PIB per capita em cerca de USD 1.159, em 2042 alcançar o grupo de países de renda média alta com cerca de USD 4.807 do PIB per capita.

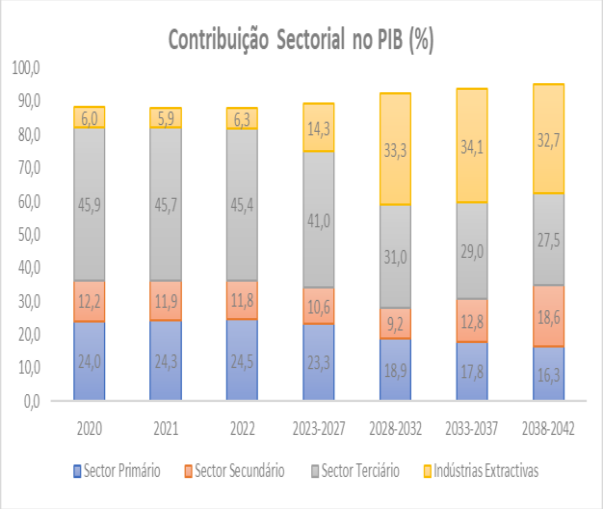
Dada a incerteza dos projectos de gás da Bacia do Rovuma, principalmente ao segundo projecto da Área 4, o cenário ENDE com 3 comboios é o que melhor apresenta a trajectória de transformação económica e social do modelo de desenvolvimento proposto na ENDE.

Dinâmicas Sectoriais e Estrutura Produtiva

Em termos de estrutura produtiva, a longo prazo os sectores primários e terciário continuarão sendo os sectores com maior contribuição no PIB. Nos próximos 20 anos as indústrias extractivas, dinamizadas pelos projectos do Gás poderão determinar as tendências de crescimento económico.

Gráfico 5: Crescimento e contribuição sectorial (%)





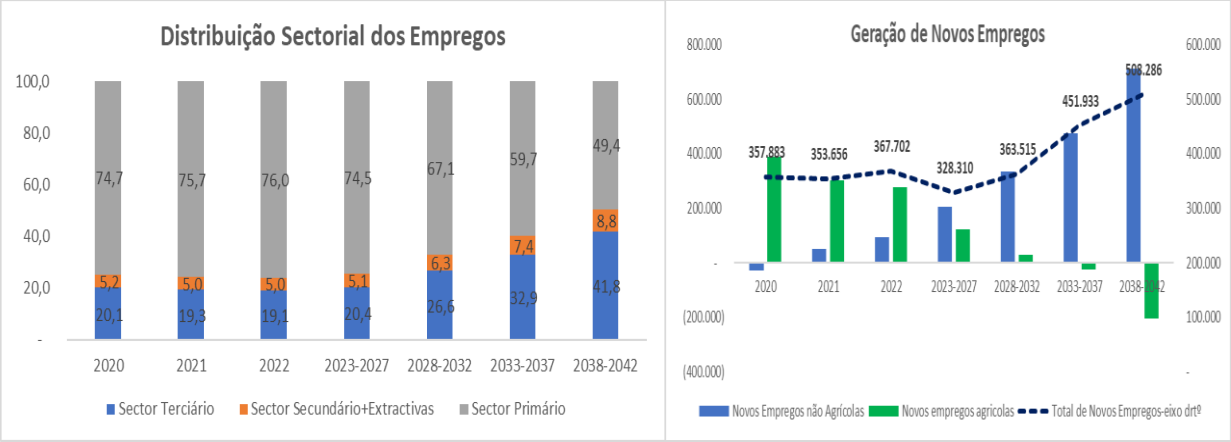
Fonte: INE, MEF-QM

Nota: considera-se sector primário os ramos de agricultura e pescas, o sector secundário inclui manufactura, electricidade, construção e o sector terciários inclui os ramos de comércio, transportes e comunicações, serviços financeiros, Hotéis e restaurantes, administração pública e serviços de educação e saúde.

Transição do Emprego

Tendo em conta os pressupostos demográficos, em conjugação com um maior progresso escolar da população estudantil, e a evolução da estrutura produtiva, Moçambique, poderá observar uma alteração da distribuição sectorial dos empregos, com mais de 50% dos empregos a serem absorvidos pelos sectores não agrícolas até 2042, conforme o gráfico 46.

Gráfico 6: Tendência da distribuição sectorial dos empregos (%) e geração de novos empregos



Fonte: INE, MEF

A absorção dos empregos pela manufactura poderá registar um incremento para cerca de 9% do total de empregos, em média, por ano entre 2038-2042. Por outro lado, o sector de serviços assalariado, com destaque para o turismo, jogará um papel importante na absorção de boa parte dos empregos não agrícolas, tal como ocorre na maioria dos países de renda média.

As estimativas do INE indicam que actualmente cerca de 500 mil pessoas ingressam na força de trabalho. No entanto, com a elevada taxa de crescimento populacional que se regista no País, estima-se que em média cerca de 700 mil pessoas ingressam na força de trabalho até 2030. Neste sentido haverá maior pressão sobre o mercado de trabalho, devendo as dinâmicas esperadas no sector real da economia serem capazes de absorver a mão-de-obra existente.

Os sectores não agrícolas poderão ser capazes de gerar uma média de 200 mil empregos por ano entre 2023 e 2027, 300 mil empregos entre 2028 e 2032, cerca de 500 mil empregos entre 2033 e 2037 e cerca de 700 mil empregos por ano entre 2038 e 2042, conforme ilustra o gráfico acima.

Perspectivas Fiscais

Cenário da Receita

A implementação da ENDE irá garantir uma posição fiscal sustentável num contexto em que o perfil da receita passa agregar os ganhos provenientes da exploração do gás natural.

As receitas do Estado poderão crescer nominalmente acompanhando o aumento do PIB, os esforços na mobilização de receita adicional e as novas fontes de receita associadas ao GNL.

Assume-se que apenas 50% da receita do GNL poderá ser alocada directamente ao Orçamento do Estado, sendo os restantes 50% transferidos para um Fundo Soberano de Riqueza (FSR).

Em termos reais, a receita do Estado poderá alcançar cerca de 32% do PIB em 2042.

Tabela 4: Indicadores da Receita 2022-2042 (% do PIB)

Previsão dos Indicadores Fiscais	**Base**	**Prev.**	**Projecções**				
	2021	**2022**	**2025**	**2027**	**2032**	**2037**	**2042**
Receita de Estado	25,4	25,2	26,18	23,9	26,4	29,3	**32,0**
Receitas do GNL [1]		0,1	0,3	1,6	6,6	6,1	4,5

Cenário da Despesa

Do lado da Despesa pública há maior espaço para comprimir o gasto público corrente, melhoria da eficiência alocativa com mais recursos a serem destinados aos investimentos produtivos o que poderá fortalecer o papel da política orçamental na dinamização da economia e criar espaço para a implementação de política fiscal contra cíclica.

Estas tendências poderão garantir a geração de superavit primário, favorecer uma trajectória sustentável da dívida pública e afastar Moçambique da situação de sobre-endividamento podendo se situar em menos de 40% do PIB até 2042.

Tabela 5: Indicadores da Despesa 2022-2042 (% do PIB)

Previsão dos Indicadores Fiscais	**Base**	**Prev.**	**Projecções**				
	2021	**2022**	**2025**	**2027**	**2032**	**2037**	**2042**
Despesa Pública	33,1	34,7	27,2	33,4	29,8	28,9	**31,7**
Despesa de Funcionamento	23,9	24,4	20,9	20,6	15,3	13,0	11,1
dq.Salários e Remunerações	12,7	12,7	11,3	9,6	8,0	7,5	7,0
Despesa de Investimento Interno	3,2	2,8	1,7	10,00	13,0	15,0	20,0
Saldo Primário sem GNL	-3,4	2,1	4,6	1,4	-3,6	-2,8	-0,8
Stock da Dívida Pública	107,5	105,4	76,8	62,7	52,1	44,6	38,4

Nota: 1/ para o quadro fiscal foram consideradas apenas 50% das receitas do GNL, uma vez que a outra parcela será transferida para o Fundo Soberano, conforme a proposta de Lei do Fundo Soberano.

IV. MECANISMO DE IMPLEMENTAÇÃO

4.1 Operacionalização

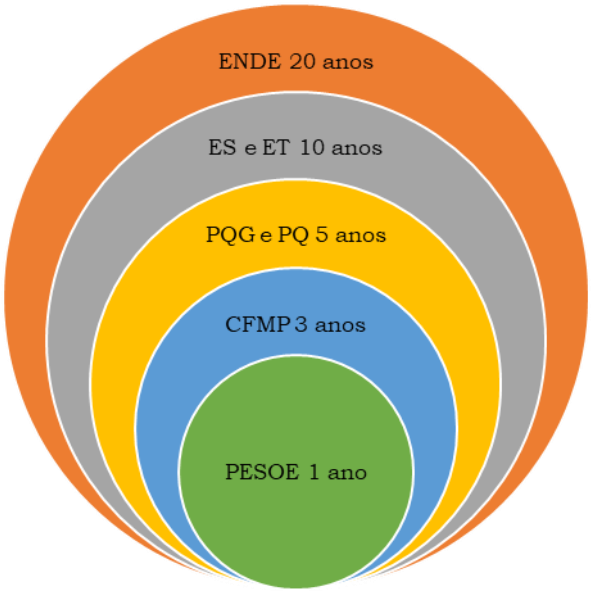
A Estratégia Nacional de Desenvolvimento é um instrumento de planificação e orçamentação de longo prazo que visa orientar o desenvolvimento nacional. Este instrumento resulta de uma consulta pública realizada de forma participativa e integrada aos vários intervenientes do desenvolvimento nacional, no qual estão definidas orientações estratégicas necessárias para a aceleração do crescimento económico inclusivo e a elevação das condições de vida da população.

A ENDE é um instrumento de orientação e articulação com outros instrumentos planificação e orçamentação de longo, médio e curto prazo, à luz do quadro do Subsistema de Planificação e Orçamentação (SPO).

i. Instrumentos de Planificação e Orçamentação de Longo Prazo são as Estratégias Sectoriais e Territoriais;
ii. Instrumento de Planificação e Orçamentação de Médio Prazo é o Programa e Plano Quinquenal e o Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP);
iii. Instrumentos de Planificação e Orçamentação de Curto Prazo é o Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE).

Conforme ilustra a figura abaixo a articulação dos instrumentos.

Gráfico 7: Articulação dos Instrumentos de Planificação



A articulação da ENDE com outros instrumentos de planificação e orçamentação será efectuada com base na carteira de programas nacional, concebida com base da estratégia nacional. Deste modo teremos:

i. Estratégias Sectoriais e Territoriais serão elaborados com base da carteira de programas nacional extraída da ENDE para uma vigência de 10 anos. As intervenções estratégicas definidas nestes dois (2) instrumentos, devem estar alinhados aos pilares, programas, acções estratégicas, bem como aos indicadores, linha de base e metas da ENDE.

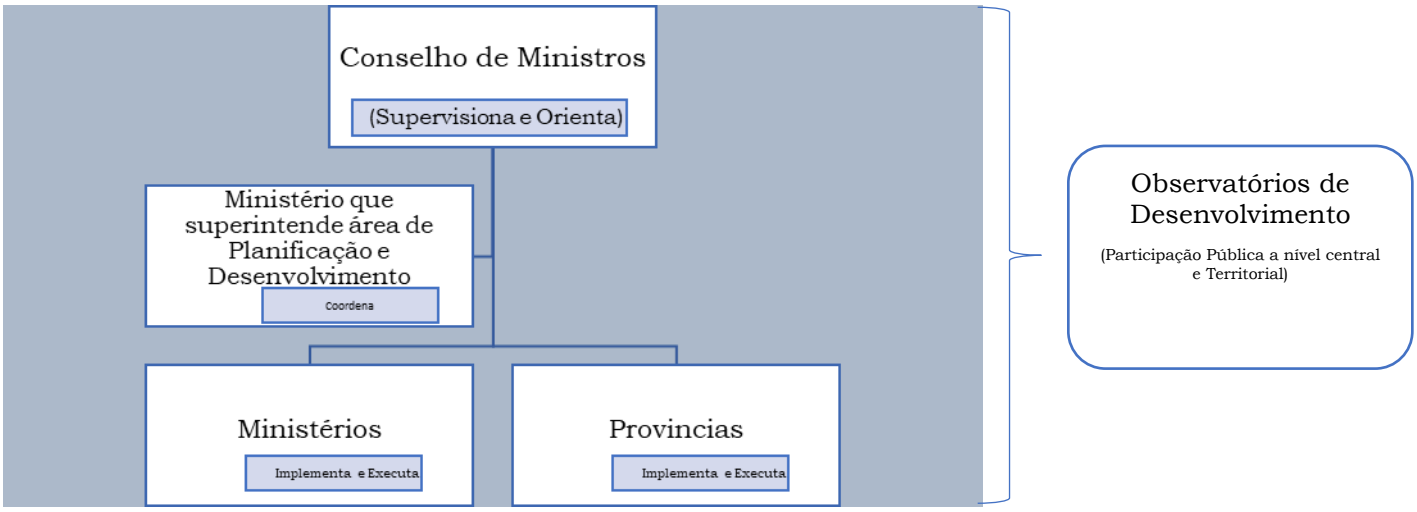
ii. Programa e Planos Quinquenais que estabelecem, para um período de cinco (5) anos, as directivas de orientação política do Governo e das entidades descentralizadas, respectivamente. Deverão alinhar-se-à a visão e à orientação do desenvolvimento nacional traduzida na ENDE através dos seus programas, incluindo os seus indicadores, linha de base e metas.

iii. Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) e o Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE) com programação trienal e operacionalização anual, respectivamente, tomam com base a carteira de programas nacional, o Programa e Planos Quinquenais e as Estratégias Sectoriais e Territoriais. Os seus programas, indicadores, linha de base e metas deverão estar alinhados com os instrumentos que os precedem, de modo a garantir a sua concretização.

4.2 Órgãos e Responsabilidades

Para viabilizar a implementação com sucesso da Estratégia Nacional de Desenvolvimento, é necessário assegurar o fortalecimento das estruturas de implementação, coordenação, supervisão e gestão, prestação de contas, monitoria e avaliação a todos níveis (central, provincial e distrital).

Gráfico 8: Orgãos e responsabilidades



i. **O Conselho de Ministros** desempenhará o papel de supervisor e dirigirá a implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2023-2042, e é coordenado pelo Presidente da República. É uma estrutura de coordenação de alto nível que apoiará, no âmbito da implementação da ENDE, o diálogo entre as partes interessadas do desenvolvimento nacional.

ii. **O Ministério que superintende área de Planificação e Finanças** será o responsável pela coordenação, monitoria e avaliação da implementação da ENDE 2023-2042.

iii. **Os Ministérios e as Direcções Provinciais** são responsáveis pela implementação, execução técnica das orientações previstas na ENDE, bem como prestação de contas e fornecer informação sobre o nível de execução das metas previstas e serão presididos pelos responsáveis máximos.

iv. **Os Observatórios de Desenvolvimento** são o mecanismo de participação pública na supervisão e coordenação, envolvendo o

Governo, Parceiros e Sociedade Civil, para diálogo e convergência de ideias em prol do desenvolvimento nacional.

v. **Assembleia da República**, enquanto representante do Povo Moçambicano é responsável pela aprovação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento e pelo controlo da sua execução e dos seus instrumentos de médio e curto prazo. No âmbito das suas funções, incumbe igualmente à Assembleia da República a convocação dos Observatórios de Desenvolvimento Nacional.

vi. **Assembleias Provinciais**, responsáveis pelo controlo da execução da ENDE e dos seus instrumentos de médio e curto-prazo, nacionais e provinciais, a nível provincial. O seu papel de controlo da ENDE e instrumentos nacionais decorrerá em suporte à Assembleia da República, segundo o princípio da subsidiariedade.

vii. **Tribunal Administrativo**, responsável pelo controlo da execução da ENDE e seus instrumentos com vista a atingir as metas previstas na Estratégia.

4.3 Financiamento ao desenvolvimento

O financiamento significa expandir as opções de mobilização de recursos e encontrar soluções para reunir todas as fontes possíveis de financiamento, inovação e conhecimento para sustentar o desenvolvimento nacional.

O Governo mobilizará recursos utilizando meios de financiamento convencionais e inovadores. Estes incluirão, receitas fiscais e não fiscais, receitas da exploração dos recursos naturais, receitas derivadas das Parcerias Público-Privadas, empréstimos e subvenções concessionais, empréstimos provenientes de mercados nacionais e internacionais.

i. Na Gestão de Despesas serão aprimorados os esforços para a melhoria da eficiência na utilização dos recursos através da melhoria da eficiência operacional, alocativa e gestão das despesas.

ii. Aumento da Geração de Receitas implementando reformas tributárias que facilitem o aumento da cobrança de impostos e ao mesmo tempo reduzam as distorções para o mercado e promovam maior eficiência económica.

iii. Opções de Financiamento: prevê-se envidar esforços concertados para criar novas opções de financiamento e procurar meios alternativos da actividade de desenvolvimento de financiamento, e ao mesmo tempo reduzir o perfil de risco do país.

iv. Estabelecer melhores parcerias com a comunidade de desenvolvimento e parceiros de cooperação: pretende-se mobilizar parceiros e recursos internacionais para angariar fundos necessários à realização de projectos de longo prazo vistos como essenciais ao desenvolvimento nacional.

v. As receitas do petróleo e do gás serão usadas para dar início a grandes projectos de desenvolvimento de infra-estruturas para aumentar a competitividade do país, de forma sustentável e inclusiva pautando pela protecção dos direitos humanos e pelo ambiente.

vi. Será prestada grande atenção à auditoria das despesas efectuadas pelas companhias petrolíferas internacionais antecipadamente em nome da empresa nacional de hidrocarbonetos moçambicana (*"carried on"*) de forma a optimizar o valor dos *royalties* em benefício de Moçambique.

4.4 Monitoria e Avaliação

A presente Estratégia prevê a realização de monitória e avaliação visando um acompanhamento sistemático do progresso da sua implementação e medir o impacto directo ou indirecto das respectivas acções por meio de indicadores e metas identificadas para ENDE. Este exercício ira permitir o fornecimento de informações relevantes sobre os estágios de implementação da ENDE e seus efeitos, identificação de obstáculos e ajustamentos necessários para o sucesso da estratégia.

O mecanismo de monitoria e avaliação da ENDE será efectuada tendo em consideração os instrumentos previstos no Subsistema de Monitoria e Avaliação do SISTAFE e através do Instituto Nacional de Estatística. Será realizado ao nível nacional (sectorial, provincial, distrital, autarquias locais e escalões inferiores da administração do Estado), com base na matriz de indicadores de desenvolvimento nacional. As realizações serão acompanhadas a nível de produtos, resultados e impacto, no curto, médio e longo prazo.

A monitoria será feita através do Balanço de Execução e de Implementação do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado, enquanto que a avaliação deve ser efectuada a meio termo e no final da vigência da Estratégia. A avaliação final será realizada por avaliadores externos independentes.

Nos próximos 20 anos, a ENDE será monitorada e avaliada com base na matriz de indicadores de desenvolvimento nacional elaborada em coordenação com todos os órgãos de implementação e execução.

Abaixo apresentam-se os principais Indicadores de Desenvolvimento Nacional e as respectivas metas. Estes indicadores reflectem a visão e o alcance dos objectivos de forma geral e por pilar, na sua dimensão nacional e internacional (produzido por instituições/agências internacionais especializadas). No entanto, poderão ser identificados outros indicadores sujeitos a metas específicas definidas pelos órgãos de implementação com o objectivo de complementar a análise do progresso do processo de desenvolvimento nacional.

Matriz de Indicadores de Desenvolvimento Nacional (2022-2042)

PROGRAMA	OBJECTIVO ESTRATÉGICO	INDICADORES	Base	META 2042
PILAR I TRANSFORMAÇÃO ESTRUTURAL DA ECONOMIA				
Estabilidade Macroeconómica	Promover um ambiente macroeconómico estável, equilibrado e sustentável, de inclusão financeira, estímulo da poupança doméstica e investimento.	Taxa de Crescimento anual do PIB real (%)	2,2	8
		PIB per capita (USD)	519	4807
		Inflação Média anual (%)	5,7	5,6
		Taxa de desemprego (%)	17,5	<10
		Balança comercial (milhões USD)	- 2,258	<2000
		a. Exportação s/ GNL	5579	44000
		b. Importação	7837	<5000
		Receitas do Estado s/gás (% do PIB)	25,4	27,5
		Despesas do Estado (% do PIB)	33,1	31,7
		a. Funcionamento	23,9	11,1
		b. Investimento	3,2	20
		Déficit Orçamental (% do PIB)	- 7,7	<5
		Stok da Dívida pública (% do PIB)	107,5	<60
		Déficit Primário sem GNL (% do PIB)	-3,4	<3
Produção, Produtividade, Diversificação e Competitividade	Estimular o aumento da eficiência produtiva em áreas consolidadas e induzir o desenvolvimento em áreas de grande potêncial agro-ecológico, indústrial, mineiro e energético, para a satisfação das necessidades do país e para exportação.	Contribuição sectorial em % do PIB		
		o Primário,	24,3	16,7
		Agricultura, pecuária e sivilcutura	22,9	14,8
		Pescas	1,5	0,9
		Mineração	5,9	7,6
		o Industria	17,8	50,2
		§ Transformadoras	11,9	19
		§ Extractivas	5,9	31,2
		o Terciário	57,8	27,5
		§ Turismo	1,4	0,9
		Empregos por Sector (%)		
		o Primário	76	49,4
		o Indústria	5	8,8
		o Terciário	19,3	41,8
		Produtividade laboral média por sector (USD)		
		o Primário	340	787
		o Indústria	3043	13158
		o Terciário	2008	1325
		Indice de competitividade	2,9	4,1
Investigação científica, tecnologia e inovação	Promover o desenvolvimento tecnológico, polos de empreendedorismo em tecnologia digital, investigação cientifica e inovação.	Jovens e adultos com habilidades em tecnologia e informação e comunicação Tics por tipo de habilidade	0,88	2,04

PROGRAMA	OBJECTIVO ESTRATÉGICO	INDICADORES	Base	Meta 2042
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E DEMOGRÁFICA				
População e Capital humano	Influênciar as tendências e dinâmica da população e estimular a sua transição para o aproveitamento do dividendo demográfico com enfoque no desenvolvimento do capital humano.	Índice de Desenvolvimento Humano % (IDH)	0,446	0,859
		Taxa de crescimento da população (%)	2,5	1,8
		População que vive abaixo da linha da pobreza nacional (%)	68,2	35,2
		Índice da Pobreza Multidimensional %	53	41
		Ccoeficiente do GINI (desigualdades)	0,51	0,33
		Taxa de analfabetismo	39	20
		Prevalência média nacional da desnutrição crónica (%)	38	22
		Região Norte	44,9	<35
		Região Centro	35,7	<26
		Região Sul	14,7	<9
		Prevalência de HIV entre 15 e 49 anos (%)	12,6	<6
		Taxa de Natalidade (por 1000 hab)	37,6	35,4
		Taxa de mortalidade infantil (por 1000 nascidos vivos)	67,4	51,4
		Taxa global de fecundidade	3,4	2,7
Emprego e empreendedorismo	Assegurar a absorção da força de trabalho com base na maximização oportunidades de emprego, formação profissional e estímulo ao empreendedorismo, com enfoque nos joves.	Variação do Índice de Emprego (%)	0,4	6,5
		Taxa de oucupação		
		População com 15 anos e mais sem nenhum nível de escolaridade (%)	75,8	<50
		População com 15 anos e mais com nivel secundário e mais (%)	48,3	60
		Taxa de empregabilidade, dos graduados da educação profissional (%)	47	65
		Taxa de auto-emprego	0,6	1,5
Protecção, assistência e inclusão social	Assegurar a equidade e a sustentabilidade do sistema de protecção e assitência social e de inclusão dos grupos vulneráveis.	Despesa do governo em programas de Proteção social (% PIB)	0,5	
		Percentagem da população vivendo abaixo da linha de pobreza cobertos pelos programas de protecção e assistência social (%)	22%	61,6%
		Vitimas de violências que acederam aos serviços de atendimento integrado	21%	60,0%
		Proporção de pessoas vulneráveis e desamparadas com disponibilidade de serviços de acolhimento	59%	73,0%
		Percentagem de população empregada coberta pela previdência e segurança social		
Juventude, Cultura e Desporto	Reforcar a coesão social e valorização da identidade cultural e das artes	Jovens abrangidos pelos fóruns de dialogo (%)	52,9	76,2
Genéro	Assegurar o reforço a acções de promoção de igualdade e equidade de género, e de oportunidades no processo de desenvolvimento económico e social, com enfoque nas mulheres e raparigas.	Índice de Desenvolvimento do Género (IDG)	0,868	0,979
		Crianças vítimas de uniões prematuras (%)	41,1	35
		Índice de Desigualdade do Género	0,55	0,75
		Participação do genero na força de trabalho (%)		
		Mulheres	66,5	75
		Homens	73,5	75
		Emprego Formal genero (%)		
		Mulheres	22,7	35
		Homens		

PROGRAMA	OBJECTIVO ESTRATÉGICO	INDICADORES	BASE	META 2042
PILAR DE INFRAESTRUTURAS				
Infraestruturas económicas	Promover o desenvolvimento de infraestruturas económicas resilientes de apoio a produção e de acesso aos mercados.	Extensão da rede nacional rodoviária Km	30616	45924
		Capacidade instalada (MW) para a geração de energia	2116	7000
		Ligações à rede elétrica para as áreas produtivas (em %)	37%	100%
Infraestruturas sociais	Aumentar a provisão e acesso aos serviços básicos para o desenvolvimento humano e bem-estar social.	Acesso à energia elétrica de qualidade, em percentagem da população	44	64
		Rural	54	70
		Urbana	84	90
		Acesso ao saneamento adequado, em percentagem da população		
		Rural	34	55
		Urbana	60	80
		Habitação condigna, em percentagem da população		
		Rural	42,2	60
		Urbana	47	60

PROGRAMA	OBJECTIVO ESTRATÉGICO	INDICADORES	BASE	METAS 2042
PILAR DE GOVERNAÇÃO				
Soberania e integridade territorial	Assegurar a soberania e garantir a estabilidade, integridade territorial e preservar a unidade nacional	Estabilidade política e ausência de violência ou terrorismo	20	39
Democracia e participação	Assegurar o direito à cidadania e a liberdade de expressão, de associação e de imprensa	Voz e Responsabilização	32	42
Administração das instituições do Estado	Fortalecer e modernizar as instituições do Estado para prestação de serviços públicos de excelência	Eficácia do governo	19	31
		Estado de direito	15	27
		Qualidade de regulação	23	33
		Controle da Corrupção	26	33
Ambiente de Negócios	Promover a melhoria do ambiente de negócios e conferir as empresas e a economia vantagens competitivas e comparativas	Índice na classificação global do doing business	55	
		Índice do volume de negócios (%)	2	9
Cooperação	Reforçar o estabelecimento e o fortalecimento de relações de amizade com povos, Estados e organizações internacionais, com enfoque no desenvolvimento do país.	Parcerias economicas firmadas (%)	6	
		Fronteira delimitada e reafirmada (Km)	440	1268

PROGRAMA	OBJECTIVO ESTRATÉGICO	INDICADORES	BASE	META 2042
PILAR DE AMBIENTE E ECONOMIA CIRCULAR				
Planeamento e ordenamento territorial	Assegurar a organização do espaço nacional e a utilização sustentável dos seus recursos naturais, acautelando a protecção e conservação do meio ambiente.	Terras agrícolas de cultivo permanente (% da área territorial)	38	45
		Áreas protegidas terrestres (% da área territorial total)	29,5	45
		Área Florestal (% do território)	46	60
		Áreas marinhas protegidas (% das aguas territoriais)	2,1	10
Ambiente	Assegurar a sustentabilidade ambiental com base na preservação, conservação e gestão dos seus ecossistemas.	Emissões de CO2 (toneladas métricas per capita)	0,2	0,2
		Níveis de poluição PM2.5, exposição média anual (microgramas por metro cúbico) (%);	54,1	≤ 50
		Consumo de energia renovável moderna, excluindo hidroelétrica (% do consumo total de energia final)		≤ 5
		Àreas de ecossistemas críticos em degradação		≤ 30
		Habitats de espécies florísticas e faunísticas ameaçadas de extinção com estratégias de maneio estabelecidas, cobertura em (%)		≤ 40
		Ecossistemas criticamente poluídos		≤ 50
		Àreas de espécies invasoras		≤ 10
		Àreas de ecossistemas criticamente afetados pelas mudanças climáticas sob gestão de ecossistemas adaptativos, cobertura em (%)		≤ 30
		Índice de desempenho ambiental	31,7	42,5
Economia Circular	Melhorar os padrões de produção e consumo, assegurando sua sustentabilidade.	Taxas de reciclagem de resíduos,	5,2	9,8

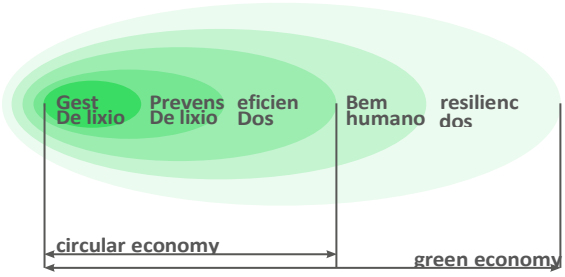
V. GLOSÁRIO

Sector agrário: este sector compreende a agricultura, pecuária, sivicultura e pescas.

Capital Humano: O Capital Humano diz respeito aos factores que directamente influenciam na capacidade do Homem ter uma vida de qualidade, ser saudável, ser instruído e participar activamente na vida da comunidade. O Capital Humano refere-se aos elementos fundamentais para o desenvolvimento humano que são a educação, a saúde e as outras condições básicas de vida.

Competitivo: é a capacidade do país participar nos mercados internacionais com sucesso e ao mesmo tempo aumentar o nível de vida dos seus cidadãos ou seja, ser capaz de suportar a concorrência imposta pela oferta de outros países no mercado internacional, vender os seus produtos e serviços de forma rentável e atrair investimento estrangeiro para o país, resultando num maior crescimento económico com potenciais benefícios para os cidadãos, sobretudo, através de aumento de oportunidades de emprego e da geração de rendimento.

Economia Circular - A Economia Circular é um modelo que gira principalmente em torno do processo produtivo e do indivíduo. Através do desenvolvimento tecnológico e da inovação, torna-se eficiente a utilização dos recursos disponíveis e promove-se a reutilização dos produtos finais através da sua reciclagem. Dessa forma, o objetivo é reduzir o desperdício.



Economia Verde - olha para o desenvolvimento de forma sustentável, incluindo na sua lógica o ambiente, o bem-estar social e a capacidade do ecossistema de ser resiliente ao stress causado pela intervenção humana.

Eficácia do Governo - Grau de satisfação dos utentes pelos serviços prestados pela administração pública.

Inclusivo: significa que o país, continuará a desenvolver medidas para integração de pessoas e regiões excluídas, vulneráveis e marginalizadas na sociedade, garantindo os seus direitos e oferecer oportunidades iguais.

Índice de Capital Humano: o ICH propõe uma estimativa da produtividade futura se as condições atuais persistirem. o ICH varia de 0 a 1.

Próspero: significa melhorar o nível e a qualidade de vida através de ganhos económicos, do progresso no desenvolvimento humano e social e da utilização sustentável da riqueza gerada pelo aproveitamento económico dos recursos naturais.

Seguro: significa que no país os episódios de violência, conflitos armados e crises políticas devem ser resolvidos e ultrapassados de modo que seja possível, em todo território nacional, viver-se em tranquilidade, mas também é fundamental para a economia porque somente um país seguro atrai turistas e investidores.

Sustentável: significa utilizar o capital natural que o país dispõe de forma racional e consciente, sem comprometer a sua disponibilidade para as gerações futuras, isto é, proteger e preservar o meio ambiente de modo a: (i) utilizar os recursos naturais com responsabilidade, e (ii) garantir a regeneração natural dos sistemas naturais que fornecem os principais serviços para a manutenção da vida.